

# A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição  
da Quarta Internacional (CORQI)

Crise mundial,  
relações Estados Unidos-China  
e luta do proletariado chinês



Greve dos mineiros de carvão em 2016, no Heilongjiang

Saudamos o  
levantamento dos  
camponeses da  
Índia!



Notas sobre a  
situação mundial  
depois das eleições  
presidenciais  
nos Estados Unidos

150º aniversário  
da Comuna de  
Paris (1871)

## Índice

---

**Notas sobre a situação mundial  
depois das eleições presidenciais nos Estados Unidos** página 3

---

**Saudamos o levantamento dos camponeses da Índia!** página 6

---

**Crise mundial, relações Estados Unidos-China  
e luta do proletariado chinês** página 9

---

**Correspondências d'*A Internacional*** página 22

---

**Voltando à Importância do Trabalho nos Sindicatos** página 30

---

## História

---

**Cronologia política da Comuna de Paris (1871)** página 36

---

### ***A Internacional***

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição  
da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

### Aviso

---

*A Internacional* é a revista teórica  
e de informação política do CORQI  
(Comité de Organização pela Reconstituição  
da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de  
debate livre no quadro do que são os princípios  
próprios da IVª Internacional.

---

Os artigos assinados publicados nesta revista  
reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam  
necessariamente a redacção da revista.

---

## Notas sobre a situação mundial depois das eleições presidenciais nos Estados Unidos

Notas discutidas e sua linha geral adoptada no dia 18 de Fevereiro de 2021, em reunião do Colectivo de Animação designado pela IIIª Conferência Internacional do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (Novembro de 2020).

**E**STE INÍCIO DE 2021 ficou marcado, nos Estados Unidos, não por um, mas por dois acontecimentos de grande relevo. O primeiro foi o que aconteceu no dia 6 de Janeiro de 2021. À falta de melhor, chamar-se-lhe-á “intentona-inventona”. Inventona, porque não havia nenhuma fracção significativa da burguesia americana que tivesse a mínima ilusão de que o assalto ao Capitólio acabasse numa tomada do poder. Isto, simplesmente porque, na etapa actual, os principais dirigentes do capital financeiro, do exército e do aparelho de Estado haviam tomado posição clara pela defesa de uma certa estabilidade das instituições, o que implicava respeitar o processo eleitoral. Era a opção da burguesia, se bem que houvesse sectores da burguesia implicados na intentona-inventona.

Havia também, de facto, um aspecto real na intentona. Não no sentido de ser um intento de tomar o poder, mas no de a acção contra o Capitólio ter um significado profundo que transcende as eleições: a afirmação da existência de um amplo sector dentro da classe capitalista e do seu aparelho de Estado que reivindica alto e bom som o seu direito de, se e quando necessário, praticar uma destabilização duradoura das instituições tradicionais da dominação burguesa.

Se bem que, na fase actual, nenhum sector importante da burguesia tivesse optado por um golpe de força fascista, esta nova situação, em que se rompeu o consenso na defesa das instituições, vai perdurar.

O segundo acontecimento, tão importante como o primeiro, foi a rejeição da destituição de Trump pelo Senado, no dia 13 de Fevereiro. É uma decisão importante, porque, no ponto de vista estrito da legalidade institucional burguesa, a votação da destituição impunha-se. Ora, uma fracção do mesmo aparelho político que, sem deixar de apoiar Trump, rejeitara o golpe de força contra o Capitólio recusou-se, contudo, a apoiar a sua destituição.

A explicação desta escolha começa por um número: 75 milhões de eleitores votaram em Trump. Estes 75 milhões, ou, pelo menos, uma fracção deles, não ficam chocados por ver Trump e os seus partidários a jogarem a carta da destabilização permanente das instituições. Aderem até a essa política.

A opção de Trump de, para já, não constituir um novo partido, achando que essa mesma política seria abraçada pelo Partido Republicano, permite medir a profundidade do fenómeno.

Neste ponto de vista, a recusa de destituir Trump significa que a burguesia deixou de poder impor a todas as suas fracções o respeito consensual das instituições. Vê-se obrigada a levar em conta aquilo a que chamaremos uma possível “guerra civil em filigrana”, assente ficando que um presidente dos Estados Unidos pode apelar ao assalto do Capitólio, que um tal assalto se pode dar, custe vidas ... e o presidente não tenha de responder por isso. Não há nenhum ponto de comparação histórico para uma situação em que instituições que não foram derrubadas são, não obstante, minadas de dentro exactamente por aqueles a quem compete salvaguardá-las. É porta aberta às mais perigosas aventuras.

São estes, assim, os dois acontecimentos que é preciso tomar em consideração ao avaliar a situação mundial após as eleições presidenciais nos Estados Unidos. A destabilização das instituições da principal potência capitalista do mundo passa a ser um dado duradouro. Considerem-se então as consequências destes acontecimentos tanto no plano internacional como no plano interno dos Estados Unidos.

No plano internacional, há que enquadrar o momento presente na continuidade dos últimos oitenta anos no ponto de vista da ordem mundial. O que está na base da crise do imperialismo americano e, logo, na base da crise que hoje vivemos — e que a eleição de Biden em nada resolve —, são as causas estruturais da crise do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção.

Temo-lo escrito, nomeadamente no *Manifesto de Alarme* adoptado pela IIIª Conferência Internacional do CORQI, e voltamos a dizê-lo: desde que começou a pandemia, assiste-se a uma destruição em massa de forças produtivas, como o capitalismo nunca conheceu fora dos períodos de guerra mundial. O resultado é, oficialmente, no ano de 2020 como um todo, uma situação inédita de recessão em todas as grandes potências capitalistas (sendo, por exemplo na Grã-Bretanha, o colapso do PIB o maior, para o mesmo lapso de tempo, desde 1709!). Isto, quando sectores relevantes da classe capitalista se aproveitaram para conseguir margens de lucro consideráveis, ao passo que as massas são fustigadas pelo alastramento de uma pauperização generalizada.

Muitos foram os comentadores que compararam a crise em curso com a de 1929. Os militantes da IVª Internacional, e os trabalhadores em geral, sabem que 1929 acabou em acontecimentos de importância histórica. 1929 acabou na vitória de Hitler e no esmagamento da classe operária alemã em 1933, produto da criminoso política de divisão imposta pelos aparelhos estalinista e social-democrata. 1929 acabou também, todavia, na revolução proletária em França e em Espanha em 1936, nas greves semi-insurreccionais de Toledo e de Minneapolis nos Estados Unidos e em muitos outros acontecimentos.

## ● NOTAS EDITORIAIS

Neste ponto de vista, a comparar, há que compreender que a crise em curso — nos limites da comparação com 1929 — irá, de facto, pôr na ordem do dia intentos de resolução da crise do sistema capitalista através de golpes de Estado autoritários — e, nesse sentido, o assalto ao Capitólio é um prenúncio, e haverá outros; mas também haverá tentativas de resolver a crise por processos revolucionários proletários.

Durante o ano transacto, assistiu-se à mobilização de milhões e milhões, da Argélia ao Líbano, da Bielorrússia à Tailândia, do Chile aos Estados Unidos, com o movimento Black Lives Matter, só para citar alguns exemplos de processos de levantamentos de massas.

Na véspera das eleições nos Estados Unidos, houve as poderosas manifestações contra os assassinatos de negros. É verdade que Trump tentou responder de maneira tipicamente fascizante, instigando a generalização do assassinato de negros, inclusive pela polícia. Mas a mobilização de mais de 20 milhões de americanos, na rua contra o “racismo institucional”, não deixou amadurecer condições para uma opção fascista nos Estados Unidos. Apesar dos freios puxados pelos aparelhos que dirigem as organizações, a potência da mobilização dos negros e da juventude fazia dessa opção uma aventura completa.

Donde a opção do capital financeiro por Biden. Só que esta escolha implica impor a “união sagrada”. A eleição de Biden só adquire sentido se ela se puder encostar à integração da classe operária, do movimento operário e, portanto, da AFL-CIO. Vontade de integração esta, onde a “esquerda” do Partido Democrático, os chamados “socialistas democráticos” (Democratic Socialists of America, DSA) têm um papel essencial a desempenhar na contenção de qualquer movimento independente da classe operária e na devolução desta ao redil de Biden e do Partido Democrático. Dentro desta “esquerda” do Partido Democrático, merece relevo o papel dos ex-trotskistas nos Estados Unidos, que desempenham um papel reacconaríssimo, à imagem dos ex-trotskistas em França, que dão o seu apoio à dita “esquerda” do Partido Democrático.

Para a nova administração Biden e a “esquerda” democrata, a palavra de ordem central é: temos que conter este movimento da classe operária. Só que a burguesia também não é homogénea. A incapacidade do Congresso para destituir Trump demonstra que há uma peça da união nacional muito frágil na órbita dos sectores do Partido Republicano. Já sem falar do que o próprio Trump irá fazer e da radicalização à direita.

No plano internacional, nestas condições, a eleição de Biden recoloca todos os problemas do modo de dominação do imperialismo. Convém lembrar que os acordos de Yalta e Potsdam, em 1945, haviam aberto um período em que o imperialismo americano se pôde apoiar na burocracia do Kremlin para restabilizar a ordem

mundial. Aquilo a que se chamou a “santa aliança contra-revolucionária” permitiu conter os processos revolucionários durante várias décadas.

No entanto, uma contradição minava esta santa aliança. A burocracia estalinista tinha verdadeiro interesse naquilo a que ela chamava de “coexistência pacífica” com o imperialismo, na medida em que desistira de qualquer política que tivesse em mira a expropriação do capital à escala internacional. Já o sistema capitalista não podia, porém, desistir de conquistar novos mercados. Embora pudesse refrear o seu próprio frenesim de conquista de novos mercados em nome da “ordem mundial”, a sua lógica empurrava-o inevitavelmente para tentar penetrar no mercado da URSS, do mesmo modo que hoje precisa de penetrar no mercado chinês.

Enquanto a burocracia do Kremlin esteve no poder e a santa aliança contra-revolucionária existiu, foi possível conter os processos revolucionários à escala mundial — sem poder, porém, impedir surtos — ou, quando necessário, empurrá-los para a derrota ou mesmo para o esmagamento. Num país como a França, o papel da burocracia do Kremlin foi fundamental para restaurar o Estado burguês em 1945, para romper a greve geral em 1968 e para tentar manter Giscard e a Vª República em 1981. Sem esquecer o golpe de Estado na Indonésia e a ajuda que a burocracia estalinista lhe deu. Podia-se evocar também o esmagamento da revolução na Grécia, a simultaneidade do esmagamento da revolução húngara dos conselhos em 1956 e da intervenção imperialista no Suez ou o papel de Cuba quando da invasão da Checoslováquia em 1968...

Desde que a União Soviética se desmoronou e desfez, em 1991, o peso da ordem mundial passou a assentar cada vez mais nos ombros do imperialismo americano. Isso deu azo às intervenções militares desbragadas no Afeganistão, no Iraque, etc. E deu também ensejo ao acordo entre o imperialismo americano e a burocracia chinesa para sobre-explorar o proletariado chinês nas fábricas das multinacionais instaladas na China, extraíndo daí novas margens de lucro. No entanto, o peso das guerras e intervenções imperialistas (numa situação em que era limitada a partilha do fardo negociável com os outros imperialismos), que permitia à indústria do armamento realizar lucros imensos, acabou por ser demasiado.

Em 2016, o significado da chegada de Trump ao poder com o lema “*America First*” era a pretensão de resolver os problemas do capital financeiro dos Estados Unidos, subtraindo-se este, na medida do possível, aos constrangimentos da manutenção da ordem mundial. Funcionou até certo ponto, mas na condição de pôr o mundo inteiro a ferro e sangue. Lembremos as tergiversações, as mudanças a fundo, de 180º, de Trump, um dia à beira de desferir a guerra nuclear contra a Coreia, no dia seguinte aos abraços fofosos com o seu dirigente, depois outra vez guerra iminente. Lembramo-nos de quando Trump

afirmou que ia generalizar a guerra no Afeganistão, a seguir evacuar o país, por fim deixou lá tropas, tudo isto para tentar negociar um acordo com os talibãs, etc.

Nesta situação, para o imperialismo americano, uma questão se irá sobrepor a todas as outras, seja com Biden seja com Trump. Poder-se-á formulá-la assim: o imperialismo americano precisa de concentrar forças contra a China. Deixámos de estar na situação em que o interesse do imperialismo americano era servir-se da burocracia chinesa para obrigá-la a entregar os operários chineses à exploração, e o interesse da burocracia chinesa era de, com esse recurso, poder dispor de uma certa margem de manobra, até no ponto de vista do desenvolvimento da China. Em todo o caso, hoje já não estamos como estávamos antes.

Porquê? Porque a crise do mercado mundial é tal, que o problema hoje posto já não é que as multinacionais americanas possam inundar o mercado mundial com produtos que mandem produzir a baixo custo na China. O problema, hoje, é elas tomarem directamente o controlo do mercado chinês. É essa a lógica desta política de confrontação com a China.

Tanto mais que a particularidade do momento presente da situação, ao fim de um ano de pandemia, é que, apesar da natureza burocrática contra-revolucionária do Partido Comunista Chinês e do Estado, que dirigem a China, a economia chinesa é a única que foi oficialmente declarada “fora de recessão” em 2020, a única a quem as “agências de notação” imperialistas reconhecem um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Situação intolerável para o imperialismo.

Significativo que, mal chegado ao poder, Biden fizesse declarações ainda mais belicosas do que Trump antes, multiplicasse avisos e procurasse agregar todas as forças do imperialismo a esta política agressiva. Poderão fazer-se concessões em tal ou tal matéria, mas o que interessa é ir ao essencial: a crise do capitalismo exige hoje uma ofensiva generalizada contra a classe operária à escala mundial, o que passa pela ofensiva contra a China como peça dessa ofensiva generalizada. É isso que pode induzir o imperialismo americano a desactivar ou, pelo menos, a relativizar outras frentes tidas por “secundárias”.

O problema que a humanidade defronta é este: a burocracia chinesa devia, se quisesse realmente defender a propriedade do Estado, apelar à classe operária do mundo inteiro. Mas a burocracia chinesa caracteriza-se, pelo contrário, aos olhos do trabalhadores do mundo inteiro, pela sua política de repressão contra os trabalhadores e os jovens. Repressão em Hong Kong, repressão dos sindicatos independentes, repressão de toda a classe operária chinesa. Pela mesma razão, ela recusar-se-á a emitir apelos às massas para defender as conquistas da revolução chinesa.

A posição da IVª Internacional é conhecida. Somos incondicionalmente contra toda as guerras imperialistas, em particular contra as guerras de

agressão contra a China. Sustentamos, no entanto, que a defesa de todas as conquistas operárias, incluindo a propriedade estatal na China, é, em primeiro lugar, missão da própria classe operária. Seja na China, nos Estados Unidos ou noutros países, a questão central é, pois, a da independência de classe.

Neste sentido, enquadrámos nos elementos de resposta a esta situação, à nossa escala, os passos em frente, por modestos que sejam, dados na luta por partidos operários na Alemanha, na Itália, abrindo uma perspectiva independente para a classe operária. A luta, em França, por um partido operário independente, a luta, na China e noutros países, por organizações operárias independentes, pois a experiência da classe operária ensina-nos que, sem partido, esta não pode lutar para acabar com o regime de exploração e opressão.

A situação é indiscutivelmente difícil, tanto mais que os trabalhadores se defrontam com a política praticada pelos aparelhos que dirigem as organizações operárias, que, por todo o mundo, se pautam, em graus variados, pela união sagrada. A situação é difícil, também, porque nós estamos confrontados com as consequências da crise da IVª Internacional. Hoje mesmo se vê como, na Argélia, os representantes do centro revisionista recebem sucessivamente os embaixadores dos principais países imperialistas para conversas que eles mesmos qualificam de “fraternas” e “amistosas”. E se vê como, nos Estados Unidos, dão o seu apoio à “esquerda” do Partido Democrático e, em França, recorrem a outras formas...

Não existe, porém, outro caminho para poder avançar a não ser a aplicação do Programa da IVª Internacional.

O quadro disto é um movimento mais amplo em que os trabalhadores procuram, em todos os continentes, avançar no caminho da reorganização do movimento operário com o eixo da independência de classe. É o problema da construção dos partidos, da independência dos sindicatos, e, nesse sentido, a tarefa urgente para as secções da IVª Internacional é ajudar ao agrupamento dos militantes no terreno da independência de classe e, portanto, da realização da Conferência Mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, por iniciativa do Comité Operário Internacional e, especificamente, o encontro internacional das mulheres trabalhadoras e o agrupamento em volta da Aliança Internacional dos Jovens pelo Socialismo.

É por esta razão que pomos estas observações à consideração não só dos militantes e simpatizantes da IVª Internacional, mas também dos militantes de todas as origens do movimento operário que, como nós, se batem pela independência de classe e procuram caminhos para ajudar à reconstrução de uma representação política independente da classe operária.

# Saudamos o levantamento dos camponeses da Índia!

O Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) envia as suas fraternas saudações ao levantamento dos camponeses da Índia, que há quase cem dias desafiam as leis anticamponesas do governo Modi!



**O** CORQI saúda a imensa solidariedade dos trabalhadores, dos jovens, das camadas oprimidas da Índia com a revolta camponesa e o crescendo da aspiração à unidade operária, camponesa e jovem contra o governo reaccionário de Modi e a sua política!

Enquanto, pelo mundo inteiro, a crise do regime capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção, conjugada com a desastrosa gestão da pandemia da Covid-19 por todos os governos capitalistas, inflige golpes brutais à classe operária e ao campesinato, a revolta dos camponeses da Índia indica aos explorados e oprimidos do mundo inteiro que eles têm a possibilidade, pela sua própria mobilização, pela suas próprias reivindicações, de inverter o curso dos acontecimentos.

É por isto que, no mundo inteiro, trabalhadores, camponeses e jovens só podem manifestar a sua solidariedade com a luta dos camponeses indianos e a sua recusa da repressão lançada pelo governo Modi contra os camponeses.

Nada a não ser a subordinação ao imperialismo justifica as leis

de Modi

Os camponeses da Índia têm razão em exigir a revogação das leis anticamponesas do governo reaccionário de Narendra Modi e do BJP. Têm razão em contestar o atentado ao MSP — o preço de escoamento mínimo da produção agrícola garantido pelo Estado — que essas leis representam.

Nada justifica tais leis a não ser a subordinação do governo Modi às grandes multinacionais da agro-indústria e a instituições imperialistas como a Organização Mundial do Comércio (OMC), instrumento do diktat do imperialismo, mormente do imperialismo americano.

Nestas leis anticamponesas se revela, uma vez mais, o que o governo Modi é desde 2014: o instrumento das grandes multinacionais estrangeiras e indianas, instrumento directo de Washington (como tem mostrado nos últimos meses, executando as ordens de Trump, primeiro, de Biden depois, com as suas múltiplas provocações contra a China), organizador da reacção mais negra a todos os níveis.

Foi isso que ele mostrou em finais de 2019, quando desatou numa ofensiva furiosa contra os cidadãos indianos de confissão muçulmana, espezinhando a igualdade dos cidadãos perante a lei,

atacando as liberdades mais fundamentais e atentando contra a própria existência da República da Índia, tal como constituída à independência.

A ofensiva antidemocrática deu azo a poderosas mobilizações da juventude, que se pôs na vanguarda da luta pelas liberdades democráticas, juntando-se à imensa mobilização dos trabalhadores contra as leis que visam erradicar todas as conquistas operárias em matéria de direito ao emprego.

Este levantamento das massas trabalhadoras desaguou na greve geral de 26 de Novembro de 2020, que uniu milhões e milhões de trabalhadores dos sectores formal e informal ao apelo de todas as organizações sindicais.

Foi na sequência destas mobilizações que os camponeses se levantaram contra as leis anticamponesas de Modi. Todas as forças activas do país, todos os explorados e oprimidos rejeitaram, pela sua acção, Modi e a sua política. A brochura da *Research Unit for Political Economy* divulgada pelos militantes operários do *Trade Union Solidarity Committee* (TUSC) de Mumbai em Dezembro de 2020, salientava, com toda a razão, que:

“Um país que não assegura a sua própria segurança alimentar

fica vulnerável às pressões das potências imperialistas (...) Numa reunião por videoconferência da OMC, a Organização Mundial do Comércio, no dia 25 de Maio deste ano (2020), em plena crise da Covid, os países exportadores de produtos alimentares manifestaram a sua desaprovação das ajudas dadas por alguns governos aos respectivos agricultores em resposta à crise, sustentando que tais ajudas iriam originar distorções do mercado mundial de produtos alimentares”.

Recordando, com toda a razão, que:

“Estes avisos não são nem ardis nem ameaças no ar. São simplesmente as conclusões que se podem tirar quando se observa o impacto mundial da liberalização, da privatização e da globalização na agricultura. Por exemplo, estamos perante exactamente o mesmo modelo que foi imposto à agricultura no México nos anos noventa, especialmente desde 1994 (Acordo de Comércio Livre Norte-Americano, o NAFTA).”

Sim, é a mesma política que devastou a agricultura mexicana que Modi quer hoje impor à Índia.

### Pela reconquista da soberania nacional

Ao exigir a manutenção do MSP, o retorno ao controlo do Estado sobre o comércio de produtos agrícolas a favor dos camponeses e, por conseguinte, exigir com firmeza a revogação pura e simples das leis anticamponesas de Modi, os camponeses da Índia estão lutando pela reconquista da soberania nacional e pela soberania alimentar da nação, incompatível com a voracidade das grandes multinacionais.

Além das leis anticamponesas de Modi, cuja revogação pura e simples exigem, os camponeses “sofrem a exploração dos organismos de crédito, dos vendedores de adubos, dos negociantes e proprietários (por vezes uma e a mesma pessoa). Outros são explorados como operários agrícolas, outros ainda são expulsos das suas terras por responsáveis florestais, outros debatem-se, por fim, com a corrupção das autoridades locais,

aliadas a interesses privados. Há os que se vêem privados dos seus recursos comuns por interesses privados; os que são expulsos pela cupidez dos investidores em projectos de desenvolvimento; e os que se vêem privados dos seus recursos hídricos de múltiplas maneiras, incluindo a poluição. Há que ver a luta travada em Delhi como parte integrante deste vasto movimento de lutas de todo o campesinato laborioso da Índia, que é portador de um grande potencial de libertação da sociedade indiana.”

A mobilização das camadas mais pobres e oprimidas do campesinato pela revogação das leis anticamponesas abre caminho à luta para pôr termo ao reino dos grandes proprietários e dos usurários, pela reforma agrária que sempre foi recusada aos camponeses da Índia desde que eles se libertaram do jugo colonial britânico.

### Contra a divisão

O governo Modi utilizou contra os camponeses as mesmas manipulações e provocações que usa contra os trabalhadores, contra a juventude: o veneno da divisão comunalista, regionalista e religiosa.

Os camponeses rejeitaram, porém, tal divisão, recusaram as provocações do BJP e dos seus homens de mão, que acusavam os siques de separatismo.

Tal como a juventude, os trabalhadores e a imensa maioria da população haviam rejeitado, em 2019, as leis discriminatórias contra os muçulmanos, reafirmando o seu apego aos princípios da democracia e da laicidade.

O governo Modi tentou então dividir as organizações camponesas, convidando-as a integrarem-se na sua comissão de conciliação, tentando que os seus dirigentes, ou alguns deles, abandonassem a palavra de ordem de “revogação”.

Uma vez mais, porém, os camponeses desmontaram todas as manobras. Reunidos por todo o país em imensas Maha panchayat, que juntaram centenas de milhares deles, obrigaram todas as suas organizações, de baixo para cima e

de cima abaixo, a manterem-se unidas na exigência de revogação. Os raros dirigentes que se aventuraram por outro terreno têm sido obrigados a desistir.

Os camponeses tão-pouco cedem à repressão que o governo fez desabar sobre eles. Com eles, os trabalhadores de todo o mundo exigem: liberdade para todos os presos!

Como qualquer mobilização de massas, o levantamento camponês na Índia pôs em movimento milhões de homens e mulheres. E as mulheres estão muitas vezes na primeira linha, comprovando uma vez mais a tendência de as mulheres trabalhadoras ocuparem um papel de primeiro plano na luta contra a exploração e a opressão.

### Pela unidade operária e camponesa

“A luta dos camponeses da Índia é a luta de todos os trabalhadores”, ouve-se há quase cem dias, enquanto das fábricas e escritórios sobe a palavra de ordem “Kisan Mazdoor Ekta Zindabad!” (Viva a unidade dos camponeses e trabalhadores!)

Os trabalhadores, a juventude e as massas oprimidas defrontam os mesmos inimigos que os camponeses: o imperialismo e as suas instituições (OMC, FMI, Banco Mundial) e o seu agente na Índia: o governo Modi, que é um deles... mas são-no também todos os que, antes de Modi, se subordinaram às exigências do imperialismo, mesmo governos de “esquerda”, como recordam militantes operários indianos,:

“Estas leis não nasceram do nada. Basta ter estado atento ao avanço daquilo a que decidiram chamar “as reformas” da agricultura indiana para ficar a saber que há mais de duas décadas que estas medidas têm sido pedidas com insistência por interesses poderosos: o Targeted Public Distribution System instituído por Chidambaram, então ministro das finanças do governo de frente unida, no final dos anos noventa, infligiu as primeiras vergastadas no sistema

## ● DOCUMENTO

&gt;&gt;&gt;

*indiano de segurança alimentar, o PDS. O governo da Aliança Progressista Unida, dirigido pelo Partido do Congresso, tentou também fazer passar a mesma política à socapa.”*

Foi o mesmo governo Modi às ordens das multinacionais e do seu programa “Made in India” que, para fazer baixar o “custo do trabalho”, passou as suas leis anti-Código do Trabalho, as suas privatizações de empresas públicas e os seus golpes contra a classe operária!

Foi o mesmo governo Modi que, com o mesmo desprezo que nutre pelos camponeses, em Abril de 2020, quando a pandemia lavrava, obrigou milhões de trabalhadores migrantes esfomeados a abandonar as grandes cidades em condições inumanas.

O governo Modi que impõe o estado de emergência no Estado de Jamu e Caxemira e mantém a tensão militar com os países vizinhos.

O mesmo governo Modi que, subordinando-se à OMC, aceita a proibição imposta à Índia pelos imperialistas dos Estados Unidos e da União Europeia de produzir livremente as vacinas necessárias à população para se proteger da Covid-19.

Não foi por acaso que a greve geral de 250 milhões de proletários de 26 de Novembro de 2020, realizado nesse dia a unidade das principais centrais sindicais, inscreveu na plataforma de medidas de urgência de salvaguarda dos trabalhadores a reivindicação de revogação das leis anticamponesas.

**“O movimento operário, os sindicatos, têm um papel fundamental a desempenhar”**

Desde 26 de Novembro que, em toda a Índia, os trabalhadores têm multiplicado, ao nível local, com as suas organizações sindicais, acções de solidariedade com a mobilização camponesa. “Na base”, a unidade operária e camponesa é total. Para todos os trabalhadores, a luta dos camponeses é a sua luta.

Não se porá, porém, a questão de, “na cúpula”, os dirigentes das centrais sindicais e partidos que se

reclamam da classe operária apelarem à acção dos trabalhadores, ao lado dos camponeses, para pôr termo, de uma vez por todas, às leis anticamponesas e, mais geralmente, ao próprio governo Modi?

É por isso que o Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional faz seu o ponto de vista manifestado pelos seus partidários na Índia, no seu boletim *Spark*, na véspera das manifestações de massas de 26 de Janeiro (dia do feriado nacional) em Nova Deli:

*“É hora de nos desembaraçarmos do governo a soldo dos investidores, cuja única motivação é fazer lucros, pilhando o Estado e o povo para se enriquecerem ainda mais.*

*O primeiro passo nesta direcção é o combate dos trabalhadores, dos camponeses e da juventude para arrancar a anulação das leis anticamponesas, anti-operárias e antidemocráticas levadas a efeito pelo governo Modi. O movimento operário, o movimento sindical têm um papel fundamental a desempenhar em tal mobilização unida, prestando o seu apoio à decisão tomada pelos camponeses de fazerem do 26 de Janeiro o ponto culminante do seu combate.*

*O capitalismo não serve as massas, só serve a um punhado de ricos. Há que pôr fim a este sistema de exploradores. O que faz falta na Índia, onde a maioria das pessoas são pobres, é o socialismo. Precisamos de um governo que trabalhe no interesse das massas, dos camponeses, dos operários, dos trabalhadores migrantes, dos pobres. O governo Modi está longe de o ser. Precisamos de um partido que represente uma ideologia ao serviço das massas e não de um punhado de ricos.”*

**Contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária**

O Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional saúda os camponeses da Índia. Saúda também os milhares de militantes sindicalistas, mili-

tantes políticos, militantes das organizações de mulheres e de estudantes da Índia, ao lado de quem temos estado nestes últimos trinta anos, na nossa luta comum contra a guerra e a exploração.

Saúda, especialmente, as centenas de militantes com quem nos reunimos na Conferência Mundial contra a guerra, a exploração e o trabalho precário e pela Internacional Operária, em Mumbai, em Novembro de 2016. Sabemos a que ponto tendes estado empenhados na organização de iniciativas pela unidade operária e camponesa, tomando a iniciativa — nomeadamente em Mumbai — de comícios operários de solidariedade com os camponeses, de delegações operárias aos comícios camponeses, conscientes como estais de que só a unidade de todos os oprimidos com a classe operária poderá infligir uma derrota a Modi.

Nós, militantes do CORQI, iremos prosseguir este combate comum convosco contra a guerra e a exploração, mormente preparando convosco a Conferência Mundial contra a guerra e a exploração de 2021, em Paris, e o encontro internacional de mulheres trabalhadoras que o antecederá.

Iremos prosseguir convosco o debate fraterno para desbravar o caminho de uma política operária independente. Iremos continuar a tirar convosco as lições da política de subordinação às multinacionais que muitos partidos que se reclamam da classe operária têm praticado, subordinação que, em 2006-2007, teve como resultado o governo de “esquerda” do Bengala Ocidental expropriar as terras dos camponeses em benefício do capitalista Tata. E iremos fazê-lo porque, como vós, queremos contribuir para a reconstituição de uma autêntica Internacional Operária e de autênticos partidos operários.

**Viva o levantamento dos camponeses da Índia pela revogação das leis anticamponesas!**

**Kisan Mazdoor Ekta Zindabad! Viva a unidade dos camponeses e dos trabalhadores!**

**18 de Fevereiro de 2021**



# Crise mundial, relações Estados Unidos-China e luta do proletariado chinês

Por François Forgeu

A crise aberta do sistema capitalista como um todo configura uma situação nova: crise da economia mundial, com as grandes potências imperialistas a braços com a devastação da recessão, mas igualmente crise das relações políticas na luta de classes internacional como um todo. Assim o definiu o CORQI logo na fase inicial da crise, assim analisou ele o seu desenvolvimento, no “Manifesto de Alarme” adoptado pela sua última conferência(1).

**E**sta nova situação é o quadro em que se movem as relações internacionais, as relações entre os Estados como um todo. Designadamente as relações entre a China e as potências imperialistas e, em primeiro lugar, a primeira delas, os Estados Unidos.

O que se joga, no caso vertente, é o futuro de um Estado assente numa economia nacional cuja base ainda é constituída pelo resultado da revolução social que, em 1949, produziu a ruptura com a dominação imperialista e a destruição da propriedade privada dos meios de produção nos sectores essenciais.



ais. A revolução não teve, porém, como resultado que se constituísse uma República Operária, uma República de Conselhos: o poder foi logo confiscado por uma camada social fora do controlo do povo trabalhador, a burocracia saída do aparelho de um partido estalinista(2).

A colectivização dos grandes meios industriais e da terra — mesmo que em moldes de estatização por um Estado estritamente controlado pela burocracia — está na raiz do impetuoso desenvolvimento da China, incomparável ao de qualquer país que, tendo conquistado a independência, se tenha mantido em regime de propriedade privada dos meios de produção. Transformou um país extremamente atrasado numa das grandes potências industriais, que hoje conta um proletariado de mais de 400 milhões de indivíduos. A ex-

istência — física, até — deste proletariado depende de se preservar a base social em que ele se forjou. São as lutas desse proletariado contra o poder burocrático e o arbítrio deste que, não obstante todos os golpes que a burocracia lhe tem infligido, explica que a base herdada da revolução tenha sido também preservado, ainda que só em parte — mas parte essencial.

Posto que a economia chinesa não se possa emancipar da realidade mundial em que se insere, a natureza da sua reacção às brutais modificações da situação internacional prende-se com o carácter estatizado que é o seu.

Que impacto virá a ter na China a evolução da crise mundial, que está apenas no princípio? E nas relações do imperialismo com a burocracia, na evolução social e política na própria China e, portanto, antes de mais, na luta da classe

## ● DOSSIÊ

>>> operária?

São estas questões que este artigo começa a escavar, no intuito de ajudar a discussão internacional.

### A ofensiva imperialista contra a China

Todos admitem que, especialmente, no ano transacto, as grandes potências capitalistas, com os Estados Unidos à cabeça, se meteram numa ofensiva a fundo contra a China. A substituição de Trump por Biden para nada implica que a ofensiva imperialista contra a China vá baixar de intensidade. Bem pelo contrário.

Numa das suas primeiras declarações como presidente dos Estados Unidos, Joe Biden afirmou que as relações entre a China e os Estados Unidos passariam a caracterizar-se por uma “*competição levado ao extremo*”, esclarecendo, do mesmo passo, que, para ele, o presidente Xi Jinping “*ignora tudo da democracia*”. Significando a palavra “democracia”, para Biden, os interesses bem entendidos do capitalismo americano, tal fórmula serve para designar o regime chinês como inimigo a abater. Aliás, o secretário de Estado (ministro dos negócios estrangeiros) Antony Blinken reatou, em simultâneo, com o discurso do seu antecessor Pompeo, que acusara a China de genocídio, declarando que o governo chinês tinha de responder pelos seus ataques ao direito internacional. Enquanto a marinha americana reforça a sua presença e intervenções no Mar da China Meridional, Biden criou uma equipa especial encarregada de coordenar a “*réplica militar à China*”.

Nada disto, diga-se, é inteiramente novo. O impacto das mudanças à escala mundial na política para a China filia-se numa continuidade cujas raízes são evoluções bem mais antigas.

No início do ano de 2020, o semanário financeiro britânico *The Economist* consagrava uma crónica do seu número de 4 de Janeiro ao que ele designava como “a grande ruptura” entre “*a China e os Estados Unidos*”, explicando que “*as raízes da divergência entre as duas superpotências mergulham na situação de há 20 anos, quando a Chi-*

*na aderiu à Organização Mundial do Comércio, em 2001. Nessa altura, os ‘reformadores’, na própria China, e os seus apoiantes externos sonhavam que daí adviria a liberalização da economia e mesmo, porventura, do regime, facilitando a integração da China numa ordem mundial dirigida pelos Estados Unidos. Tal visão morreu.*”

É uma confissão de derrota.: a política imperialista estava a contar que, encostada à política de abertura da burocracia dirigente, a sua pressão lhe iria abrir completamente o mercado chinês, desfazendo a propriedade estatal. Tal pressão não foi suficiente: a crise financeira de 2008 assinalou o beco sem saída em que o sistema capitalista de exploração se estava a enfiar à escala mundial, beco sem saída agora posto integralmente a nu. Era preciso passar a outro patamar. Já em 2011 Hilary Clinton, secretária de Estado de Obama, garantia que o regresso dos Estados Unidos à “*Ásia-Pacífico*” seria para ficar. Em 2017, Trump usou uma nova fórmula, o “*Indopacífico*”, que consiste na necessidade de impor condições à China: as do controlo imperialista sobre a Ásia como um todo.

Há, assim, continuidade entre a política de Obama, a de Trump e a de Biden para com a Ásia e, mais especificamente, a China. Porém, a política de Biden, tal como a de Trump nos últimos anos do seu mandato, inflecte ao sabor da nova arrumação da situação mundial.

### A realidade das relações entre os EUA e a China

É muito frequente ver as relações entre os EUA e a China apresentadas como um choque pela “*supremacia mundial*” entre duas “*superpotências*” mais ou menos em pé de igualdade. Repete-se até à exaustão que são essas mesmas relações que são as relações determinantes para o planeta. E que o que hoje está em questão é a “*liderança mundial*” dos Estados Unidos.

A realidade é bem diferente.

A China (1.400 milhões de seres humanos agrupados numa continuidade geográfica única e sujeitos à autoridade de um mesmo

Estado!) é deveras uma grande potência. Hoje, o desenvolvimento da economia nacional chinesa faz dela, a seguir aos Estados Unidos, o segundo produtor mundial de mercadorias. Se é, nesses termos, lícito qualificá-la de segunda potência mundial, ela só o é a grande distância da primeira. Por exemplo, repete-se que o orçamento militar da China é o segundo do mundo, só atrás do dos Estados Unidos. Vale 261 mil milhões de dólares. O dos EUA, 732 mil milhões. Este hiato qualitativo repete-se em todos os domínios, mormente naquele, decisivo, da produtividade do trabalho, cinco vezes superior nos Estados Unidos. Dizê-lo não equivale a ignorar a transformação imensa que a China atravessou. Equivale, sim, a não ver na descrição da China como potência capaz de concorrer com os Estados Unidos em todos os terrenos, prestes a agredir numa nova versão do “*perigo amarelo*”, mais do que um pretexto para dar cobertura à política agressiva do imperialismo.

O lugar da China nas relações internacionais e na economia mundial não tem nada que ver com o “*milagre chinês*” invocado a torto e a direito, mas com as consequências, no longo prazo, da revolução de 1949, apesar da burocracia e da própria crise do imperialismo.

A camada dirigente, a burocracia chinesa, tem desempenhado, à escala internacional, um papel estabilizador, essencial para o imperialismo. Na marcha da economia mundial, dominada pelo sistema de exploração capitalista e por ele estruturada, a economia chinesa tem ajudado a manter o funcionamento dessa economia mundial. A economia chinesa tornou-se fornecedora de grande quantidade de mercadorias produzidas a baixo custo, produzidas, portanto, por uma fracção sobre-explorada do proletariado chinês, posta à disposição das multinacionais pelo Estado burocrático

Foi esta relação que, sem destruir o que eram os alicerces da economia nacional chinesa, criou uma apertada interdependência entre a China e os Estados Unidos. Assim, mesmo quando os dois lados se congratulavam com a

“cooperação”, e as relações comerciais entre a China e as potências capitalistas se multiplicavam, subsistia o antagonismo fundamental entre o imperialismo mundial e a base de sustentação da própria “potência chinesa”. A China continuava, apesar de tudo, a ser um “inimigo irredutível”. Foi o que, à sua maneira, recordou o ministro dos negócios estrangeiros do governo Macron, Yves Le Drian, ao dizer, em recente entrevista, que a China é, para a União Europeia, simultaneamente parceiro e adversário sistémico.

É este género de relação que hoje periclitada: como refere *The Economist*, citado mais acima, “esta visão morreu”. No contexto actual, a vontade de sobrevivência de cada imperialismo, a começar pelo mais poderosos deles, vai-se afirmar na vontade de salvaguardar por todos os meios as posições que cada um ocupa. Ora, tal só pode exacerbar as rivalidades inter-imperialistas, acarretando ataques cada vez mais violentos contra os trabalhadores em cada país e contra todos os povos, mormente contra qualquer Estado que não se sujeite directamente à ordem imperialista mundial nos termos determinados pelo imperialismo americano. São disso já testemunho as iniciativas tomadas contra o Irão, a Venezuela e, claro, a China. Este último caso distingue-se, contudo, dos outros, pois, repetimo-lo, o que lá está em causa é tudo o que hoje resta ainda da revolução chinesa — em primeiro lugar, a existência, forjada na propriedade estatal, de um proletariado chinês hoje com mais de 400 milhões de pessoas.

A agressividade para com a China intensifica-se em todos os terrenos. As provocações militares no Mar da China acompanham uma vasta ofensiva posta em marcha pelos Estados Unidos no terreno económico. As denúncias e hostilidade manifestadas no plano diplomático reflectem a vontade de isolar a China. As provocações militares acompanham este cerco. Assim, em Junho de 2020, deram-se choques armados entre o exército indiano e tropas chinesas nos altos vales do Himalaia, que fizeram

pelo menos uma quarentena de mortos do lado chinês e 20 vítimas entre os militares indianos<sup>(3)</sup>. A agressividade específica de Trump ou o seu estilo pessoal não chegam para explicá-lo, e a sua derrota eleitoral não o fará desaparecer.

Toda a política do imperialismo americano, tanto a do Partido Democrático como a do Partido Republicano, visa reforçar a pressão sobre a China, por todos os meios. Como escrevia um universitário americano no jornal *Le Monde Diplomatique* de Junho de 2020, “as eleições presidenciais vão desenrolar-se entre dois campos que se acusam mutuamente de fraqueza para com a China.”

Durante muito tempo, o tipo de relação que se estabeleceu entre o imperialismo e a China funcionou como válvula de segurança do primeiro, beneficiando, porém, do mesmo passo, a burocracia, ao concorrer para a estabilidade do seu poder — mas permitindo igualmente que a economia chinesa como um todo progredisse, graças à alavanca das exportações, progredindo assim, igualmente, a força numérica do proletariado chinês. Esta progressão deu-se em condições contraditórias, condenando uma fracção do proletariado à sobre-exploração pelas multinacionais estrangeiras e contribuindo para a divisão desse proletariado entre trabalhadores “migrantes” e proletariado urbano. Do mesmo passo, porém, tal aumento numérico e maior concentração do proletariado deu azo, apesar da repressão burocrática, ao ressurgimento das lutas operárias e a intentos de organização independente dos trabalhadores.

É neste conjunto de contradições que a viragem da situação mundial irá produzir as suas consequências e impacto.

E é neste contexto que se há-de compreender o significado da repressão desferida pelo governo de Pequim em Hong Kong. Em 6 de Janeiro de 2021, responsáveis da organização sindical independente de Hong Kong, a HKCTU<sup>(4)</sup> foram alvo de uma razia a militantes cujo único crime anunciado pelas autoridades era terem participado numa campanha eleitoral per-

feitamente legal — mesmo para as autoridades chinesas. Estes desmandos policiais contra militantes operários de Hong Kong não visam apenas “garantir a ordem” no próprio território. Se bem que esse factor exista, o intento de decapitar a organização sindical dá-se exactamente quando os grandes patrões capitalistas de Hong Kong estão aproveitando a pandemia para efectuar despedimentos em massa — caso da companhia aérea Cathay Airlines, cujos dirigentes chegaram ao ponto de decidir não reconhecer a organização sindical. É uma maneira de sossegar as multinacionais que operam em Hong Kong. A ideia é que o estatuto específico da província, “um país, dois sistemas”, se mantenha válido em todas as matérias do foro do lucro capitalista, ainda que tenham de desaparecer as limitadas liberdades de que o movimento operário de Hong Kong dispunha.

Tirando este aspecto, a repressão anti-sindical em Hong Kong é, contudo, uma mensagem de terror dirigida a toda a classe operária chinesa. Enquanto as consequências da situação mundial e da ofensiva imperialista para a classe operária chinesa como um todo se fazem sentir com cada vez maior crueldade, a burocracia tem por indispensável deixar claro a todos os trabalhadores chineses que nenhuma expressão independente dos seus interesses será tolerada, mesmo que as medidas que ela tome possam facilitar as manobras do imperialismo. A burocracia fá-lo quando, em alguns sectores do ensino (por causa de salários não pagos) e entre a massa de trabalhadores precários (especialmente na entrega de encomendas), e apesar das consequências da pandemia e das medidas sanitárias e apesar do desemprego, se dão movimentos de greve que mostram, como escrevia um militante chinês, que “debaixo da calma da superfcie, há um mar a ferver”.

Todos têm medo do proletariado chinês...

O grande receio do regime burocrático é a entrada em movimento desta imensa massa

## ● DOSSIÊ

>>> proletária, que tem como aliados tanto o campesinato pobre, que o regime alardeia ter “arrancado à pobreza”, quando o seu rendimento não passa de 50 euros mensais, como os milhões de denominados “auto-empregados”, na realidade mergulhados na mais total precariedade. É, também, isso o que mete medo ao imperialismo mundial.

Assim, o *Financial Times* de 21 de Setembro de 2020 publicava o artigo de um economista de Singapura, intitulado “*Não Acordem a China*”. No artigo, o autor explica que, para os chineses, a queda da URSS mostrou “*que um governo central fraco redundará num caos massivo e em grande sofrimento para o povo chinês. Aduzem como prova os 4.000 anos de história da China e, mormente, aquilo a que chamam os séculos de humilhação de que a China foi vítima entre 1842 e 1949 (...) Uma China previsível e estável, mesmo na sua forma actual, é preferível (...) uma China democrática seria menos paciente, há um vulcão potencial de anti-ocidentalismo pronto a entrar em erupção na China. De momento, a única força política capaz de controlar o ímpeto do nacionalismo chinês é o Partido Comunista Chinês. Os governos ocidentais deviam aprender a trabalhar com a direcção chinesa em vez de aspirar a transformá-la ou derrubá-la.*”

Em linguagem que não é a nossa, o que se afirma claramente é o medo de uma sublevação revolucionária que liquide o poder da burocracia, medo que está no âmago da política da burocracia. E que conta igualmente para a maneira como o imperialismo actua.

Para a burocracia dirigente, como camada social (independentemente das suas contradições internas), o inimigo principal é a classe operária chinesa. É por isso que a burocracia não pode garantir a defesa da China contra o imperialismo.

### A luta da classe operária chinesa e a unidade mundial da luta de classes

Trata-se muitas vezes a China como fenómeno único e excepcional. Os argumentos têm que ver com a imensidão do país, com o ser o maior do mundo pela população e com o conjunto de factores específicos que definiram a sua história.

A posição da IVª Internacional parte da unidade mundial da luta de classes: a IVª Internacional sempre se recusou a isolar o combate da classe operária chinesa — e, logo, a revolução de 1949 — da marcha mundial para a revolução proletária, da unidade mundial da luta de classes. Se a revolução chinesa de 1949 é um dos grandes elementos da vaga revolucionária que se seguiu ao fim da segunda guerra mundial, foi essa vaga internacional que, por seu turno, criou condições objectivas para a revolução chinesa. Se bem que toda a evolução, na China, a seguir à revolução de 1949, decorra efectivamente da actividade da classe operária chinesa, é assim em condições internacionais dadas: as que resultaram do ascenso da revolução política nos países da Europa de Leste e na própria URSS depois de 1953, as que emanaram das lutas mundiais da classe operária contra o imperialismo, onde a ruptura sino-soviética, etc., se enquadra. O mesmo se passa hoje: a evolução na China não se pode dissociar do grau alcançado pela crise mundial do sistema capitalista.

Para a IVª Internacional, como se diz no Manifesto adoptado pela 3ª Conferência do CORQI, “*o destino dos trabalhadores chineses é indissociável da luta de classes internacional (...) A resistência da classe operária chinesa põe no centro a exigência da democracia. É por isso que a IVª Internacional, incondicionalmente favorável à defesa da propriedade do Estado na China, não confia nenhuma missão histórica à burocracia, considerando que a forma mais segura de preservar as conquistas da revolução de 1949 é o combate através do qual a classe trabal-*

*hadora chinesa, com todas as suas componentes, procura impor o seu direito de se organizar e de construir as suas organizações independentes. É no terreno da sua independência (inclusive em relação ao aparelho de Estado burocrático) que a classe trabalhadora chinesa poderá preservar as suas conquistas.*”

### A fase actual da ofensiva imperialista

A pressão diplomática, o recurso a meios militares, as agressões económicas (conhecidas sob o nome de “guerra comercial” entre os Estados Unidos e a China) já estavam presentes antes da fase actual da crise mundial.

Mas como se apresenta hoje esta ofensiva — e com que consequências?

A pandemia actual começou a alastrar na China. Isso deu azo a uma série de ataques contra o governo chinês, não só da parte da administração Trump, mas também da parte dos representantes da ordem burguesa em todos os países (Macron, Merkel, Johnson, etc.) — acusando a China de opacidade, de retenção de informação e até — da parte do governo americano — de ter provocado conscientemente a difusão do vírus à escala mundial.

Na realidade, se a burocracia chinesa começou deveras por tentar negar, na própria China, o surto da COVID-19, ao ponto de recorrer à repressão policial contra os médicos que tocavam a rebate, o seu governo, uma vez reconhecida a gravidade da epidemia, informou amplamente da sua evolução, como os mais diversos cientistas reconhecem. A comissão internacional de inquérito que recentemente se deslocou à China — causando muito burburinho à sua volta — não contrariou as suas conclusões. Atacou-se também o governo chinês, asseverando que o número de vítimas por ele anunciado era muito inferior à realidade. É provável, mas não deixa de ser incontestável (e “embaraçoso” para as grandes potências capitalistas) que, usando os meios de uma economia estatizada, as autoridades chinesas



conseguiram conter e circunscrever a epidemia de maneira que ridiculariza as respostas dadas à crise sanitária nas maiores potências capitalistas. Se não tivesse sido assim, o número de vítimas não se contaria por dezenas de milhares (como anunciam as fontes ocidentais) nem por milhares (como dizem as autoridades chinesas), mas por centenas de milhares ou milhões. O poder burocrático quis negar a epidemia — e não só recorrendo à repressão; hoje, porém, é aos cidadãos chineses que dão informações da situação durante o confinamento que se atira. Isto vem de novo ilustrar o seu carácter contra-revolucionário e contraditório com as conquistas sociais que permitiram debelar a epidemia — posto que sem a fazer desaparecer.

O confinamento estrito a que a população chinesa foi obrigada em vastas regiões da China não podia deixar de pesar na economia. Mas que se passa agora com a recuperação?

### Situação da economia chinesa, emprego e crise da economia mundial

Como reagiu a burocracia dirigente à situação criada pela pandemia e pela crise mundial? Responder aos desafios económicos veio a ser mais difícil do que debelar a pandemia. A estatização da economia criou realmente condições para conter rapidamente a pandemia, em proporções totalmente diferentes dos Estados que se regem pela propriedade privada dos meios de produção. Esta reacção teve como conse-

quência não uma queda vertiginosa, mas a manutenção da produção de bens essenciais e uma recuperação inegável. Não obstante, a situação da economia chinesa continua a ser caótica e contraditória.

As primeiras medidas do poder foram anunciadas na última sessão da Assembleia Nacional Popular, em Julho de 2020. O que é notável é que essas medidas não estavam quantificadas, não davam pormenores sobre os planos a pôr em prática, contentando-se em vincar que era preciso salvar o emprego antes de mais nada. Ora, é precisamente em matéria de emprego que os dados de então e do início do ano de 2021 eram mais vagos.

Assim, pela primeira vez, a direcção do PCC não estabeleceu objectivos quantificados para o desenvolvimento económico. É uma confissão de excepcional gravidade. Indica que a burocracia, como casta dirigente do país, está desamparada. Ela não se consegue, ou já não consegue, proteger da crise mundial por uma relativa autarcia.

Anunciaram-se outras medidas num plenário do comité central realizado em Outubro de 2020. O desenvolvimento da economia, a recuperação, passariam a exigir um novo modelo, de “dupla circulação”. Tal consiste em estimular a procura interior, sem deixar, porém, de segurar o sector da exportação e o investimento estrangeiro. É claro que o facto de o Estado controlar a economia confere uma certa margem de manobra ao governo chinês, visív-

el, como observámos, em a China ser a única grande potência cuja economia não entrou em recessão. Esta recuperação não disfarça, porém, outros desafios, conforme refere o *Financial Times* de 18 de Janeiro. Nas explicações que dão da sua política, os dirigentes chineses garantem que estimular a procura interna irá tornar a China mais atraente para o investimento estrangeiro. Por outras palavras, está em causa facilitar ainda mais a penetração do capital estrangeiro na economia chinesa, designadamente no sector financeiro. No entanto, reequilibrar a economia como um todo aumentando o consumo (a “procura interior”) supõe que o poder de compra aumente e, logo, os salários, deste modo reduzindo o trunfo de que as mercadorias chinesas dispõem. Diga a burocracia o que disser, ela não se consegue emancipar dos estrangimentos de um mercado mundial em plena desagregação.

Os planos de recuperação chineses colidem com a limitação ao aumento da produção imposta pelas próprias condições do mercado mundial. Isso mesmo traduz o grito angustiado de um economista chinês, professor na *China Europe International Business School*, observando que, na altura do colapso financeiro de 2008 e da crise económica mundial por ele engendrada, a situação era diferente. Para garantir os seus lucros, o imperialismo precisava, na altura, da mão-de-obra a baixo custo dos países para onde deslocava a produção, particularmente a China: “*Não somos capazes de terminar a corrida sozinhos (...) Só quando a economia mundial regressar à normalidade é que a situação regressará à normalidade na China*”. Exclamando com angústia “*Onde param as encomendas?*”

É também por isso que continuam a ser extremamente limitadas, confusas e contraditórias as indicações efectivas sobre a intensidade da recuperação, a fracção de trabalhadores que não voltam a encontrar emprego, a taxa de desemprego. Conforme escreve o diário *South China Morning Post* de Hong Kong: “*China’s unemployment crisis mounts, but nobo-*

## ● DOSSIÊ

&gt;&gt;&gt;

*dy knows the number of jobless.* [A crise do desemprego na China está a agravar-se, embora ninguém saiba quantos desempregados há]” Esta citação data do mês de Abril, mas a situação hoje não se tornou mais clara. Continua verdadeiro o que salientava Philip S. Golub em *Le Monde diplomatique* de Junho de 2020, “*As recentes estatísticas oficiais do desemprego urbano (6,2% para uma população activa urbana de 440 milhões) não incluem nem as zonas rurais nem a imensa massa de migrantes internos. Segundo certas estimativas, o número de desempregados andar-á à volta de 205 milhões.*” As diferentes avaliações das consequências da pandemia andam à volta deste valor — cerca de 200 milhões de empregos perdidos. Mas quantos se recuperaram?

Neste ponto, a *Lettre Chine* (n° 538, de 1 de Setembro de 2020) explica que a burocracia está presa numa tenaz: “*Por um lado, o poder monopolizado pelo PCC precisa de resistir às medidas punitivas de Washington e seus aliados; por outro, precisa de conseguir que os trabalhadores não acabem por ameaçar a estabilidade. Por um lado, abrir as empresas estatais e os mercados a elas reservados — só nos deixaram migalhas, queixa-se a Câmara de Comércio da União Europeia na China —, por outro, preparar-se para enfrentar os trabalhadores quando o poder pedir às empresas estatais — conforme já anunciou — que se ‘livrem das suas obrigações sociais’, portanto das caixas de aposentações, escolas, hospitais e todas as instituições ligadas a essas empresas.*”<sup>(5)</sup>

O “milagre económico chinês” resultou em a economia chinesa ter ficado mais, e cada vez mais directamente, dependente das convulsões da economia capitalista mundial. Faz-se, por vezes, notar que a parte das exportações no rendimento nacional chinês terá diminuído. Só que o sector exportador é uma mola indispensável ao funcionamento da economia como um todo. As sucursais das multinacionais imperialistas têm nelas presença central. E elas reagem em função dos seus lucros, sendo, do mesmo passo, o

instrumento principal da penetração imperialista. Há quase 200 milhões de empregos que dependem directamente das exportações. A indústria chinesa precisa também de importar. Como quer que se pegue na questão: num “braço de ferro económico”, a vantagem está do lado do imperialismo americano, vantagem que está ainda aumentando na crise actual, escrevendo o já citado economista americano, no mesmo artigo antes citado, que “*a curto ou médio prazo, é improvável que a procura mundial de produtos fabricados na China ou noutra lado recupere.*” Por via do tipo de laços da economia chinesa com a economia mundial, a crise mundial dá armas suplementares ao imperialismo americano.

Um relatório da autoria da sociedade de notação Rhodium chega à conclusão de que “*todos os indicadores relativos ao mundo do trabalho apontam para uma deterioração (...) Os trabalhadores migrantes sofreram mais duramente que os outros grupos salariais. O seu poder de compra diminuiu 12,3% em 2020.*”

Para a Rhodium, o desemprego efectivo situar-se-ia, no primeiro trimestre de 2020, em mais de 20% da população activa. O relatório acrescenta que, apesar da pandemia e das condições degradadas no mercado de trabalho, o governo só gastou mais 1% em segurança social e emprego do que em 2019.

Um relatório do tesouro francês de 2020 aponta, por sua vez, que se “*a participação da China na globalização*” progredira espectacularmente, graças à sua adesão à OMC, depois se deu um “*recuo progressivo*”, porquanto “*a evolução do lugar da China no comércio mundial é fruto de vantagens competitivas que têm vindo a diminuir, como o baixo custo da mão-de-obra.*” Por outras palavras: aquilo a que nós chamámos “*o renascimento do movimento operário na China*” teve como consequência um aumento dos salários directamente contrário às necessidades da burocracia nas suas relações com o imperialismo.

A actual crise mundial também pesa, sem dúvida, nos diferentes Estados imperialistas, logo também nos Estados Unidos. A situação comporta, para os EUA, riscos de desestabilização imensos. Longe de reduzir a acuidade do choque, agudiza-o: o imperialismo — com o imperialismo americano à cabeça — tem cada vez mais necessidade de abrir, a todo o custo, uma saída que lhe seja favorável.

É o que se manifesta no plano militar e, também, no terreno das alianças directamente ligadas à imposição de uma superioridade estratégica no continente asiático. Os acordos com a Coreia do Sul, as Filipinas, cada vez mais abertamente com Taiwan, assim como a “aproximação” à Índia, não têm outro intuito.

É também isso que significa aquilo a que se costuma chamar a “guerra comercial”. O termo tem sido usado para apresentar o conflito actual como uma rivalidade, no fundo “normal”, pelo controlo dos mercados, a redução dos défices comerciais... Não se trata, na realidade, de nada disso (de concorrência exacerbada entre dois Estados capitalistas), mas de uma vontade efectiva de estrangular a economia chinesa, assente em relações sociais diferentes das economias capitalistas e cuja coexistência deixou de ser conciliável com as necessidades do sistema imperialista como um todo.

Aqui se enquadram as chamadas operações de “dissociação”, caracterizadas já por ameaças (nalguns casos concretizadas) de rompimento das cadeias de abastecimento nos termos em que tinham sido estabelecidas com a China, já pelo boicote de produtos chineses e pela intervenção directa do governo dos Estados Unidos para proibir a China de obter materiais e equipamentos necessários ao funcionamento de ramos essenciais da sua economia. Isso acaba, como é natural, por acarretar complicações consideráveis para as próprias economias capitalistas. A retórica da “dissociação” da economia americana da chinesa é uma coisa, a realidade, tal como se foi constituindo nos anos ante-

riores, em função, aliás, da procura do lucro pelas grandes potências imperialistas, é outra bem diferente.

Reconhece-o o senador americano Marco Rubio (membro do Partido Republicano e candidato derrotado face a Trump), ao declarar: “*O nosso país decidiu, há trinta anos, que a maneira mais eficaz de afectar capitais passava por deslocar a nossa produção para o estrangeiro. Saía menos caro na China, e não só na China (...) Entretanto ficámos a saber a vulnerabilidade que esta escolha provocou (...) A maneira mais eficaz de afectar capitais pode, por vezes, ser contrária ao nosso interesse nacional.*” (Fox News, 17 de Março de 2020).

Muitos representantes do capital — e não só do dos Estados Unidos — têm feito observações similares. Elas reflectem os perigos, face ao desenvolvimento da crise profunda do sistema capitalista mundial, que representa quer o manter os meios até aqui empregados e até aqui eficazes para diferir, precisamente, a explosão dessa mesma crise, quer o abandoná-los. É o caso no domínio das relações com a China, ocupando esta uma posição central nas cadeias de produção globais. Como salienta a OMC num relatório de 2019, a China passou a ser “*o centro do fornecimento mundial de produtos de valor acrescentado*”. Assim, por exemplo, no caso dos produtos da *Apple*, que dependem de esta se abastecer junto de subempregados instalados principalmente na Ásia, em 40% dos casos na China.

Estas contradições em agravamento constante não podem, porém, fazer-nos perder de vista aquilo que é o eixo central da política imperialista: obrigar a China a ceder, por todos os meios.

Quando dizemos “*todos os meios*”, um desses meios é o recurso à guerra. Aspecto que será desenvolvido mais adiante. A guerra é uma das possibilidades inerentes ao desenvolvimento da política imperialista. Obrigar a China a ceder não é só impor novos recuos à burocracia. É acabar com o controlo estatal da economia, é

ameaçar directamente a independência e a unidade da China, adquiridas pela expulsão do imperialismo e a expropriação dos capitalistas chineses.

Aqui se enquadra o acordo celebrado com a União Europeia em 30 de Dezembro, que, segundo Ursula Van der Leyen, presidente da Comissão Europeia, “*oferecerá aos investidores europeus um acesso sem precedentes ao mercado chinês*”<sup>(6)</sup>. Claro que a rapidez com que se chegou à conclusão deste acordo, quando há anos se desenrolavam negociações complicadas, indica a vontade dos imperialismos da Europa de aproveitar a conjuntura oferecida pelas presidenciais americanas. Mas isso não muda as relações de força entre os imperialismos. No final de Novembro, a União Europeia já estava propondo aos Estados Unidos enfrentar conjuntamente o desafio chinês, vincando que “*os Estados Unidos e a União Europeia, como grandes sociedades democráticas e principais economias de mercado, devem responder em conjunto ao desafio estratégico que a China representa.*” Ora, para Biden, como para Obama e, à sua maneira, Trump, a todas e quaisquer alianças só pode estar subjacente a supremacia dos Estados Unidos: os velhos imperialismos europeus não escaparão a esta lei.

### Momento “Sputnik”?

Um cronista americano intitulou um dos seus artigos recentes “*Representará a pandemia para a China o equivalente ao Sputnik para a URSS?*” Lembra que, em 1957, o envio de um engenho espacial pusera a União Soviética à frente dos Estados Unidos numa área tecnológica crucial, tendo o facto mudado “*a visão que os Estados Unidos tinham da União Soviética e das suas próprias prioridades.*” Na mesma linha, a eficácia que hoje a China tem mostrado, impedindo que a epidemia alaste em proporções catastróficas ao país no seu todo, faz com que “*a percepção que os Estados Unidos e o mundo terão da China depois da crise não seja igual à que tinham antes.*”

A observação só é pertinente extravasando do facto específico referido. Que, com a crise a açoiar duramente todas as economias capitalistas, na China se mantenha um progresso ligeiro — esteja ele embora longe do resultado dos anos anteriores — e se anuncie um aumento do PIB da ordem de 6% para 2021 é de facto suficiente para que o olhar “do mundo passe a ser diferente de antes”. Por outras palavras, a expressão usada ainda há poucos meses pela União Europeia, designando a China como parceiro e adversário sistémico, deixou de corresponder à realidade: a China passou a ser essencialmente um inimigo contra quem todos os meios são lícitos, dependendo das circunstâncias. Isto, sem mebargo de o progresso que a economia chinesa possa experimentar ser insuficiente para garantir a estabilidade do emprego e prevenir, por conseguinte, o agravamento da fúria das massas contra a burocracia.

Daqui parte a longa explicação do economista americano de origem chinesa Minxin Pei, fervoroso advogado da privatização na China, sobre a necessidade e, também, possibilidade, de os Estados Unidos exercerem uma pressão cada vez mais forte sobre a China, atendendo às fraquezas económicas desta e aos factores políticos que minam o poder do Partido Comunista Chinês.

Escreve ele que “*a pressão diplomática, económica e militar que Washington pode exercer sobre Pequim por Xi e o Partido Comunista Chinês numa situação de considerável tensão. Um período longo de confronto estratégico com os Estados Unidos como o que a China actualmente vive criará condições para mudanças espectaculares.*”

A guerra, a guerra total, passa a fazer parte das possibilidades concretas inscritas na política americana para com a China. Biden suceder a Trump nada muda.

São esclarecedoras, nesse particular, as declarações do general na reforma Jim Mattis, numa tribuna livre redigida com jornalistas. O general Mattis foi ministro da defesa de Trump entre 2017 e

## ● DOSSIÊ

>>> 2019. Demitiu-se quando Trump decidiu retirar as tropas americanas da Síria. O general Mattis, que fora responsável pelas operações militares primeiro no Médio Oriente e depois no Afeganistão, explica que “*a América primeiro*” não pode querer dizer “*a América sozinha*” e que o que estava mal na política de Trump era, portanto, ela minar “*as fundações de uma ordem internacional que correspondia aos interesses dos Estados Unidos.*” Continua, dizendo que “*a principal ameaça para os Estados Unidos é hoje a agressividade da China*”, tendo a resposta de passar por “*aumentar os recursos militares dos Estados Unidos, nomeadamente no domínio nuclear e na capacidade de acumular rapidamente forças militares num ponto dado, garantindo, do mesmo passo, o apoio das potências aliadas.*”

### Nem enigma nem milagre

A situação contraditória que hoje existe na China não se constituiu no vazio, mas como produto da luta de classes internacional e da luta da classe operária contra a burocracia que é parte daquela. A evolução actual à escala mundial encaixa em toda a história política, social e económica da China desde 1949. Enquadra-se, pois, nas lutas da classe operária que têm definido estes últimos anos, assim como se enquadra nas crises que têm assolado a burocracia. A “campanha contra a corrupção” lançada por Xi Jinping e que, em dois anos, atingiu mais de dois milhões de pessoas, algumas das quais ocupavam posições de relevo na hierarquia burocrática, põe em evidência a persistência da instabilidade do sistema. No último período, os saneamentos em massa atingiram representantes da camada de “grandes burgueses chineses”, recordando, deste modo, que a burocracia se agarra em primeiro lugar ao seu poder e que este é indissociável do seu controlo sobre o Estado e, consequentemente, do controlo do Estado sobre a economia, por muito que, em última análise, a sua política não possa, no fundo, deixar de abrir caminho à restauração capitalista.

“*Enigma e milagre*” são os termos que constantemente se repetem a propósito da China. Ora, nem nem outro se ajustam à realidade. Não são factores misteriosos nem incompreensíveis que explicam a posição da economia chinesa — assente na propriedade estatal dos grandes meios de produção — numa economia mundial estruturada por relações capitalistas e, portanto, pela propriedade privada dos meios de produção. São, pelo contrário, o apodrecimento e os factores de decomposição deste último sistema que explicam a necessidade em que ele se viu de obter, durante décadas, a cooperação da burocracia dirigente chinesa, pondo esta à disposição dos exploradores capitalistas internacionais uma mão-de-obra a baixo custo, proibida pela burocracia de se organizar de maneira independente — tal como explicam, hoje, a imperiosa necessidade de modificar estas relações.

Como antes vimos, não há “milagre” na progressão rápida do PIB chinês. Há as consequências da revolução social de 1949, do derrube da dominação imperialista; na sua esteira, a eliminação da propriedade privada dos meios de produção pertencentes à burguesia chinesa, subordinada ao imperialismo, a destruição do sistema de grande propriedade fundiária, uma verdadeira revolução agrária, que libertaram as capacidades produtivas a uma escala muito grande. A aceleração das últimas décadas, a reboque das exportações, assentou numa base pré-existente de transformação industrial, só possível pela estatização dos meios de produção, que permitiu o desenvolvimento exponencial da principal força produtiva.

Antes de concluir, é necessário regressar brevemente à revolução de 1949 e às lutas do proletariado chinês contra a burocracia, processo que a IV<sup>a</sup> Internacional seguiu, nomeadamente nos textos referidos no início deste artigo.

### A revolução de 1949, componente da vaga revolucionária mundial

No contexto da vaga revolucionária que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, a China foi teatro de uma revolução social profunda.

A camada social actualmente no poder, a burocracia chinesa — burocracia originária de um partido político estalinista — viu-se à cabeça de uma revolução que começou por tomar a forma de uma imensa sublevação camponesa, que seguidamente fez a junção com a luta da classe operária. Assim, ao contrário da burocracia estalinista da URSS, a chinesa não chegou ao poder depois de esmagar o proletariado chinês ou de repelir as massas camponesas. O Partido Comunista Chinês chegou, de facto, ao poder a cavalo, por assim dizer, da enxurrada revolucionária das massas chinesas nos campos, mas também nas cidades, que derrubou o regime de Chiang Kai-chek. Rompeu, na prática, com a sua própria política, que se definia como revolução por etapas e implicava deixar no poder aquele regime. O que se afirmou na China em 1949 foi a tradução concreta da hipótese avançada no *Programa de Transição* de que “*as direcções pequeno-burguesas podem ir mais longe do que pretendem na via da ruptura com o imperialismo.*” Impedindo qualquer representação de tipo soviético, o Partido Comunista Chinês conseguiu confiscar o poder político na base de transformações sociais profundas arrancadas pela revolução que, pelo seu conteúdo de expropriação do capital financeiro e industrial, estrangeiro e nacional, de reforma agrária, que pôs fim à existência política e social dos terratenentes, de unidade e independência do país contra o imperialismo, foi uma revolução proletária no sentido pleno do termo.

Neste sentido, se bem que partilhando com a burocracia estalinista da URSS o seu carácter contra-revolucionário, a burocracia chinesa não se identifica com aquela. As suas relações com as



massas foram, e, em certa medida, continuam a ser mais complexas. Assim, para abater o regime do Kuomintang, foi preciso apoiar-se na vontade das massas de acabar com esse regime, rejeitar as instruções de Moscovo e pôr em causa o acordo entre o imperialismo e a burocracia estalinista selado em Yalta.

Mesmo neste período, caracterizado por desenvolvimentos revolucionários profundos e uma intensa mobilização de massas, a substância reaccionária do monopólio do poder detido pela burocracia vai-se manifestar desde logo na proibição de toda e qualquer forma ou expressão organizada da democracia — e, conseqüentemente, também da democracia operária. Reflecte-se igualmente na política internacional da burocracia maoísta. Logo que se torna possível uma trégua com o imperialismo, a seguir à guerra da Coreia, a burocracia irá procurar um *statu quo* com o imperialismo assente no sacrifício da luta revolucionária dos proletariados e dos povos directamente influenciados pelo PCC (Índia, Indonésia, Bangladeche), oferecendo ao imperialismo uma “coexistência pacífica à chinesa” que irá dar o quadro para a operação de toda a política externa da burocracia.

### A luta do proletariado chinês contra a burocracia, componente da luta de classes internacional

A resistência da classe operária ao poder burocrático manifesta-se logo desde a instauração desse poder. Os primeiros anos do novo poder do PCC irão ser caracterizados pela sua dificuldade em assumir o controlo do proletariado urbano através da mão pesada do Estado sobre o aparelho sindical encarrapitado no movimento sindical, que renascia com um vigor que levou um historiador a falar das “*cem flores na fábrica*”. O período 56-57 ficará exactamente marcado pelo que se designou de “*cem flores*”, isto é, a disputa do monopólio do poder da burocracia, nomeadamente, pela juventude estudantil, que procu-

rava maneiras de se ligar à classe operária. Foi o momento em que o estudante Lin Chilin, com muitos outros, apareceu a contrapor o “socialismo democrático” ao “socialismo feudal”. As “*cem flores*” desenvolvem-se no contexto das revoluções políticas na Europa de Leste.

A repressão não apaga as conseqüências deste movimento na consciência de milhares e milhares de jovens trabalhadores e estudantes. Ao contrário da União Soviética, onde a burocracia tomara o poder esmagando quase totalmente toda a oposição, onde a burocracia contra-revolucionária se mostrou capaz de proibir toda e qualquer forma de resistência organizada dentro da classe operária, na China, a oposição à burocracia ir-se-á, em larga medida, manter de maneira contínua. Os traços dos grandes movimentos políticos definidores de cada período vão reemergindo nos desenvolvimentos do período seguinte, a cada etapa da crise da burocracia e do choque do proletariado com ela.

Dez anos depois das “*cem flores*” será a vez da “*revolução cultural*”, deflagrada pela crise interna da burocracia, provocada pelo isolamento da China depois da ruptura com a União Soviética. Rapidamente se assiste a que as massas da juventude e, em grande medida, da classe operária, começam a articular as suas próprias reivindicações. Uma evolução intolerável para todas as fracções da burocracia, que voltarão a cerrar fileiras para esmagar esse movimento da juventude e dos trabalhadores, que se orientava para a revolução política. Foi um período que Lambert resumiu na perfeição quando disse que “*foram pedir aos jovens que encontrassem os burgueses, e quem eles encontraram foram os burocratas.*”<sup>(7)</sup>

Se bem que tivesse, em boa parte, ficado debaixo do controlo das diversas fracções da burocracia, a “*revolução cultural*” constituiu uma verdadeira explosão revolucionária, do mesmo passo que realçou o carácter intrinsecamente contra-revolucionário da burocracia enquanto tal e de todas

as suas fracções. O que se lhe irá seguir (especialmente depois de 1978, com as reformas de Deng, a abertura, a cooperação crescente com o imperialismo) porá em relevo essa natureza reaccionária e restauracionista da burocracia chinesa enquanto tal, vindo a par de uma vasta repressão contra os trabalhadores e a juventude.

Estando embora tais desenvolvimentos já prefigurados no período anterior, há, ainda assim, diferenças profundas entre o que se pode denominar de “período Mao” e o que se lhe seguiu, apesar de não haver solução de continuidade entre ambos.

O período dito das “reformas” irá conferir novas proporções ao fosso que se cavava entre a burocracia dirigente e as suas instituições estatais, por um lado, e o proletariado e a grande massa da população, por outro. A própria relação da classe operária com a propriedade estatal se modifica, na medida em que as empresas estatais, a fim de conseguirem ser “competitivas” à escala internacional, irão em grande parte deixar de ser unidades que proporcionavam aos seus empregados a garantia de cuidados médicos, educação, alojamento e emprego para toda a vida. No seu todo, os fenómenos que se desenvolvem então estão em contradição directa com as necessidades do proletariado. Irão produzir uma corrida desenfreada ao privilégio, ao enriquecimento individual por qualquer meio, a começar pela corrupção. O período ficará marcado pela penetração directa de capital e de empresas estrangeiras na China (que começou pelas “zonas económicas especiais”).

Centenas de milhares de trabalhadores chineses, especialmente migrantes, irão ser directamente explorados pelas grandes empresas multinacionais, que beneficiam da protecção policial da burocracia. Isto não muda o facto de estes fenómenos assentarem fundamentalmente na mesma base social que aquilo a que se chamou a “austeridade maoísta”, situando-se no mesmo quadro político, o do poder sem controlo da burocracia.

## ● DOSSIÊ

&gt;&gt;&gt;

Se as reformas deram azo ao enfraquecimento dos recursos da economia planeada e à generalização de uma corrupção que veio a ser um autêntico modo de existência da burocracia, não lograram, contudo, destruir o essencial da propriedade estatal dos grandes meios de produção e do funcionamento global da economia sob o comando de instruções estatais e não das flutuações do mercado mundial e da procura do lucro capitalista.

Esta política dita de “abertura” importou na extensão das relações capitalistas na China. Estas nunca haviam, diga-se, sido completamente erradicadas. Desenvolve-se então uma camada de empreendedores capitalistas chineses, incluindo “multimilionários”, muitos deles simultaneamente membros do Partido Comunista Chinês. A burocracia dirigente — o Estado — não apenas mantém a sua proeminência económica, como delega, por assim dizer, nos capitalistas uma fracção inteira da economia, sem perder o controlo sobre eles. Ilustra-o a repressão exercida até contra os “maiores patrões”<sup>(8)</sup>.

No ponto de vista da acção da classe operária, este período culminará na “Primavera de Pequim” de Maio-Junho de 1989, portanto no início da revolução operária contra a burocracia — a declaração da IVª Internacional nesse momento publicada intitulava-se “*A revolução política que principia na China é uma revolução operária*”. Toda a nossa actividade se centrava na palavra de ordem “*O socialismo são os trabalhadores*”. A revolução que se iniciava foi esmagada com meios de repressão militar. Politicamente, a vanguarda que começava a diferenciar-se mostrou-se incapaz de abrir uma perspectiva clara, mantendo-se presa a um intento de reforma da burocracia.

Os acontecimentos de 1989 assinalam um corte profundo, que modifica as relações entre a massa da população trabalhadora e toda as fracções da burocracia. De um lado, achou-se o povo trabalhador e a juventude. Do outro, o

Estado burocrático e a sua instituição militar.

Nas lutas da classe operária de hoje, a vanguarda organizada terá necessariamente de reatar não somente com a tradição revolucionária de 1949, mas com as lições da sublevação revolucionária de 1989 e de todas as lutas que marcaram a acção do proletariado chinês nos últimos setenta anos.

Em 2018, um jornalista sediado em Hong Kong, Harvey Thomlinson, escrevia que “*a China é um mar de agitação operária*” (*New York Times*, 2 de Abril de 2018). Escrevia-o quando deflagrava um movimento reivindicativo dos operadores de guindastes de Changsha, movimento que alastrou à corporação em muitas regiões. Era a primeira vez desde há muito que um movimento desta natureza, que estalara independentemente da organização sindical oficial, alastrava a toda a profissão. É apenas um exemplo entre muitos. Nos últimos trinta anos, sucederam-se nos mais variados sectores, nomeadamente em grandes empresas pertencentes a multinacionais (como a Walmart e a Honda), movimentos reivindicativos e greves que encontraram uma repressão sistemática, mas marcados, não obstante, pela vontade de organização dos trabalhadores, que elegeram delegados. Estes factos foram analisados em pormenor na brochura sobre “*O renascimento do movimento operário chinês*”<sup>(9)</sup>. As lutas operárias, os intentos de organização independente, depararam-se com uma repressão permanente. Mas nunca pararam, habitando hoje todas as contradições da burocracia.

### A luta da classe operária chinesa contra a burocracia e pela democracia operária

A questão da democracia é o fio vermelho que percorre todas as etapas da luta do proletariado chinês desde 1949. Na sua acepção mais geral, democracia é ser o povo a decidir — de uma forma ou de outra — de todas as questões que lhe dizem respeito. Ora, o que

exactamente acontece é que as massas trabalhadoras chinesas não são chamadas a participar de nenhuma decisão, e todas as decisões são tomadas pelas cúpulas da burocracia, que controlam o Estado. Garantir o controlo das suas conquistas por sua própria conta, decidir da orientação da economia, é nisso que consiste a democracia para as massas trabalhadoras da China. É da democracia operária que se trata.

O facto é que, ante o monopólio do poder exercido pela burocracia, a mínima reivindicação colide com o facto de os trabalhadores não terem o direito de exprimir as suas reivindicações e conseguirem vê-las satisfeitas recorrendo a meios de organização independente. Assim, a defesa de cada reivindicação concita a necessidade elementar de poder exprimi-la e, portanto, de democracia.

A solução de todas as questões democráticas na China, mesmo das que estão relacionadas com a existência de minorias nacionais<sup>(10)</sup>, só poderá ser encontrada no exercício da democracia operária (do controlo, da gestão das conquistas sociais da classe operária pela própria classe operária) ou, dito de outra maneira, no exercício da democracia soviética (dos conselhos operários).

Só que a China nunca conheceu um período democrático — nem sequer de democracia burguesa. Se a revolução, na Rússia, se viu na contingência de dissolver a Constituinte, fê-lo — passe o truísmo — depois de ela ser eleita. Em que moldes virá o proletariado chinês a articular reivindicações democráticas indissociáveis das reivindicações sociais? Como as combinará? Que reivindicações formalmente do foro da “democracia burguesa”, porém carregadas de outro conteúdo social, serão avançadas no decurso da luta do proletariado chinês? Estas perguntas não têm resposta *a priori*. O que há é uma política, a que tem em mira instaurar o poder da classe operária, que a revolução de 1949 trouxe para o domínio da prática.

Apreende-se a complexidade destes problemas ao olhar para as lutas da classe operária chinesa desde a viragem “reformista”. Em 1978, uma das formas que tomou a resistência à ditadura da burocracia que estava a realizar a viragem para acelerar a marcha para a restauração capitalista, atacando a classe operária — iniciando, nomeadamente, a redução qualitativa de todas as regalias sociais afectas às empresas estatais —, foi a da exigência de democracia (“o muro da democracia”). É deste ponto de partida que se pode apreender, na sua substância política e social, o combate travado em Hong Kong, que só pode encontrar solução positiva na acção unida de toda a classe operária chinesa.

O esmagamento da insurreição de 1989 era uma necessidade para a burocracia, mas era-o também para o imperialismo, de modo que o capital pudesse continuar a penetrar na China pela estrada da liquidação do que ainda restava das conquistas da revolução. Esse esmagamento foi marcado pelo reforço de todos os planos da ditadura da burocracia e por uma ofensiva social de grande envergadura contra a classe operária. Ofensiva multiforme, que se afirmou na liquidação de uma série de empresas estatais, na ampliação da penetração do capital estrangeiro na China, no reforço de uma divisão institucional da classe operária chinesa, em despedimentos massivos, na sobre-exploração da fracção do proletariado chinês (nomeadamente os trabalhadores migrantes) entregue às multinacionais, no desmantelamento do estatuto dos empregados das empresas estatais. Esta ofensiva não fazia, porém, desaparecer a classe operária como principal força social de oposição à burocracia nem punha termo às suas lutas.

Em condições difíceis, a classe operária chinesa resistiu. Bateu-se, sendo fruto disso aquilo a que temos chamado de “renascimento do movimento operário chinês”. É um elo da cadeia ao cabo da qual a classe operária chinesa voltará a tomar conta das suas conquistas, livrando-se do poder da burocracia

naquilo que os marxistas definem como “revolução política”.

### O que é a revolução política?

Os sucessos actuais, à escala internacional como na China, traçam com maior nitidez do que nunca uma alternativa em que culmina toda a história anterior. Face à ofensiva imperialista, a burocracia — sejam quais forem as suas contradições internas —, ao manter a sua ditadura e proibir as massas de dar largas às suas capacidades através da democracia operária, abre directamente caminho à restauração do domínio do capitalismo na China, com as consequências catastróficas em que tal contra-revolução importaria. Ou então a classe operária assegura o seu poder, o poder democrático dos trabalhadores, o poder dos conselhos operários, correndo com a burocracia, o que só pode acontecer em conjugação com as lutas do proletariado internacional.

A conquista social que a destruição da propriedade privada dos grandes meios de produção representa não é uma abstracção. Incarna hoje na existência do proletariado chinês, cuja existência é indissociável das relações de propriedade conquistadas pela revolução de 1949, do facto, portanto, de não se terem restaurado relações de produção capitalistas como forma económica dominante. É nisto que consiste substancialmente defender incondicionalmente a China, que começa por ser defender a respectiva classe operária, peça fundamental do proletariado internacional.

A revolução política é a revolução proletária num país em que a acção revolucionária da classe operária criou os alicerces da construção do socialismo, mas onde uma camada burocrática se apoderou do poder político. A expressão começou por ser usada por Leão Trotsky para a URSS e os objectivos do proletariado na sua luta contra a ditadura burocrática. Se bem que a história da luta de classes desde a primeira vitória da revolução proletária num país (Rússia, 1917) tenha multiplicado as várias configurações de

tal situação, a fórmula da “revolução política” continua a distinguir a acção revolucionária num país do tipo da China da acção característica de uma revolução num país em que o Estado burguês e as relações de produção capitalistas ainda não foram derubados.

A política da IV<sup>a</sup> Internacional, a construção de uma secção da IV<sup>a</sup> Internacional na China pauta-se pelo eixo primordial da preparação da revolução proletária e, portanto, da instauração na China de instituições estatais operárias (república de conselhos operários, estribada na organização dos trabalhadores das cidades e na associação do campesinato ao poder democrático). Este objectivo afirma-se a cada momento nas lutas da classe operária pelas suas reivindicações e pelo seu direito à organização.

A luta contra o imperialismo, pela defesa da soberania e unidade da China, só pode ser eficaz se integrar a luta dos trabalhadores contra a burocracia. Nessa medida, a luta pelas liberdades, a começar pela liberdade política independente dos trabalhadores, constitui um elo indispensável na cadeia reivindicativa que culmina no derrube da burocracia e na constituição de um poder operário democrático, única garantia para a sobrevivência das conquistas que ainda restam e da sua ampliação como peça da marcha para a revolução proletária internacional.

Isto, não para afirmar grandes princípios ocultos, mas para definir a substância da acção do proletariado chinês. Uma questão que, por exemplo, se tornou central em virtude da própria política da burocracia é a da unidade da classe operária — e, logo, da sua igualdade perante a lei. O período de reformas e de abertura não se caracterizou unicamente pelos ataques à parte da classe operária empregada em empresas do Estado, mas também pelo recurso a trabalhadores migrantes para constituir novas camadas operárias, trabalhadores que são verdadeiros estrangeiros no seu próprio país, sem direitos, sem garantia de emprego,

## ● DOSSIÊ

&gt;&gt;&gt;



**Greve em Xangai, 2011**

praticamente entregues à sobre-exploração nos sectores ligados à exportação, mormente nas empresas multinacionais, bem como por condições de trabalho abomináveis nas pequenas empresas privadas, assim no sector mineiro.

O estatuto destes trabalhadores é definido, pois, pela sua residência de origem, não pelo lugar onde trabalham. Avalia-se em 290 milhões os trabalhadores colocados nesta situação. Foram eles quem mais sofreu com o desemprego que a pandemia fez disparar. Os sistemas de seguro de saúde e de desemprego da China dão apenas uma cobertura mínima. Mesmo assim, a maioria dos trabalhadores migrantes nem por ela estava abrangida. Das estatísticas de 2017, por exemplo, resulta que apenas 17% desses trabalhadores recebiam subsídio de desemprego nesse ano.

A evolução da situação dos trabalhadores migrantes no período que ora se abre é um aspecto essencial do combate de toda a classe operária na China. A luta pela igualdade de direitos em todos os domínios suscita, na sua dinâmica de desenvolvimento, a questão do poder.

As recentes medidas tomadas em Hong Kong pelo governo da burocracia demonstram, para toda a China, a todo o povo trabalhador da China, que a democracia é, mesmo nos seus moldes mais elementares, incompatível com o poder da burocracia e que esta

está mais cedo disposta a facilitar todas as manobras do imperialismo do que a desistir da repressão de um movimento operário independente, exemplo perigoso para toda a China. Ao proibir a comemoração do massacre de Tien Anmen — que se fazia todos os anos, não podendo a proibição ser imposta graças à resistência do movimento sindical de Hong Kong —, a burocracia chinesa infligiu deliberadamente uma machadada à unidade dos trabalhadores de toda a China com os de Hong Kong. Do mesmo passo que abatia a mão dura da repressão sobre o movimento sindical e a vontade popular em Hong Kong, o governo de Pequim reafirmava o seu apego ao princípio de “*um país, dois sistemas*”, garantindo a protecção dos capitalistas de Hong Kong.

As reivindicações democráticas reflectir-se-ão, no seu todo, no decurso da luta da classe operária chinesa pelas suas reivindicações mais elementares (direito ao emprego, condições de trabalho, salários, direitos sociais...), luta que suscitará constantemente a questão do direito à organização dos trabalhadores pelos seus objectivos próprios, suscitando, portanto, o próprio problema de quem detém o poder, o problema da instauração do regime de democracia operária.

O nosso ponto de partida é a actualidade da revolução proletária à escala internacional e,

por conseguinte, na China. Os movimentos dos trabalhadores negros nos Estados Unidos, da juventude, a crise política do imperialismo americano, acentuando estes movimentos, são, ao mesmo tempo, um obstáculo aos planos de destruição do imperialismo e inseparáveis da luta dos trabalhadores chineses.

Mais do que nunca, a acção da classe operária é central para o futuro, na China como em toda a parte. ●

(1) Ver, nesta matéria, as notas editoriais do n.º 7 d’*A Internacional* e o *Manifesto de Alarme* adoptado pela 3ª Conferência Internacional do CORQI (8, 9 e 10 de Dezembro de 2020). O Manifesto está publicado no n.º 20 d’*A Internacional*. O ponto 18 do Manifesto é consagrado à China.

(2) Por outras palavras, a fórmula de Trotsky a propósito da URSS (“*A economia pertence ao Estado, o Estado, de certa maneira, à burocracia*”) é aplicável à China, consideradas as diferenças entre a burocracia estalinista da URSS e a burocracia chinesa, mais adiante assinaladas neste artigo.

(3) Tendo a revolução chinesa alastrado até ao Tibete, o Estado chinês viu-se com uma fronteira comum com a Índia. O seu traçado serviu de pretexto a uma guerra entre a Índia e a China em 1962. Desde então, muitos incidentes militares ocorreram. A particularidade deste último choque é, porém, até que ponto ele foi enquadrado, anunciado e depois acompanhado pela política americana.

(4) A *Hong Kong Confederation of Trade Unions* (HKCTU) tem origem no movimento sindical que se batia contra a colonização britânica e rompera com a central oficial chinesa quando do movimento de 1989 e da sua repressão sangrenta.

(5) “Boletim” quinzenalmente publicado pela Comissão de Inquérito “China”.

(6) Veja-se o artigo publicado no n.º 271 (quarta-feira, 6 de Janeiro de 2021) de *La Tribune des travailleurs*.

(7) As *Informations ouvrières* impressas a stencil escreviam (n.º 50

de 17 de Setembro de 1966): “O seu objectivo [o estabelecido pelos dirigentes] era escorraçar os agentes burgueses. Milhões de jovens chineses meteram-se nisso a fundo (...) Encontraram o “burocrata” do PC Chinês. Foi nessa altura que os dirigentes do PC começaram a andar para trás.”

(8) Ilustram-no especialmente as recentes “dificuldades” do grande grupo Alibaba e do seu dirigente Jack Ma. Sabe-se como a repressão deu na condenação à morte de alguns responsáveis por “corrupção” e à expulsão de numerosas “personalidades capitalis-

tas” no âmbito de um apertão que o economista americano Nicolas Lardy designa de “contra-ataque do Estado”.

(9) Veja-se a brochura “O renascimento do movimento operário chinês” editada pela Comissão de Inquérito “China”.

(10) Ter a burocracia, para com as suas minorias nacionais, a mesma atitude que tem para todas as questões relacionadas com a democracia, é uma evidência. Que use métodos de opressão violentos, não o é menos. A repressão do poder chinês contra a minoria uigur e, mais geralmente, contra as mino-

rias nacionais, vai a par e passo da repressão dos trabalhadores. Num caso como no outro, a resposta positiva só pode vir do movimento operário independente. A luta dos trabalhadores pela suas reivindicações e pelo direito de organização é o ponto de partida da luta pela democracia. Quanto às declarações das grandes potências imperialistas, o caso é muito diferente. Quando elas se põem a defender minorias nacionais, os trabalhadores e os jovens do mundo inteiro têm o dever de desconfiar dos ataques que aí vêm.

# ● Correspondências d'A Internacional

## Alemanha



Grupo Socialista Internacionalista (ISG), secção alemã do CORQI, constituído em 6 e 7 de Fevereiro de 2021

**N**os dias 6 e 7 de Fevereiro de 2021, os militantes da secção alemã da IVª Internacional (CORQI) realizaram a sua primeira conferência nacional, constituindo-se em Grupo Socialista Internacionalista (ISG), secção alemã do CORQI.

Bases da fundação do ISG são o Programa da IVª Internacional (Programa de Transição) e a conferência de reproclamação da IVª Internacional de 1993.

Camaradas da secção alemã participaram na conferência de Turim de constituição do CORQI, de 5 a 7 de Fevereiro de 2016, assim como nas duas conferências seguintes, em Novembro de 2017 e Novembro de 2020.

Ao fundarmos o ISG, a etapa em que estamos é a de grupo. Para os membros do ISG, no entanto, não há nenhuma dúvida de que é

necessário desenvolver o grupo de membros da IVª Internacional e fazer dele uma organização. (...)

Partimos do princípio de que a luta de classes é internacional pelo seu conteúdo e nacional na sua forma.

Assim, na Alemanha, nunca podemos ignorar o fardo que a linha seguida pelos aparelhos, nomeadamente o SPD e os sindicatos, faz pesar sobre a classe operária. Isto tem consequências, que devemos levar em linha de conta. *“Na medonha crise de decomposição e desintegração do movimento operário oficial, há dificuldades enormes que entravam a luta de libertação das massas exploradas e oprimidas, mais ainda do que no passado. A traição dos aparelhos dos partido operários burgueses incita as massas, de certo modo, a voltarem ao caminho já percorrido pelas gerações que nos precederam e que fundaram as suas organizações de classe, partidos operários e sindicatos independentes, constituindo-se como classe na resistência à exploração e à opressão”* (citação do relatório do camarada Pierre Lambert em *“Deve a Conferência Mundial das Secções reproclamar a IVª Internacional?”*, aprovado pela conferência mundial em Junho de 1993).

Em comparação com 1993, a traição de que o camarada Lambert fala fez disparar, na Alemanha, mas não só na Alemanha, o processo de destruição do SPD, do mesmo passo dando lugar a uma busca de novas formas de organização, às quais, mal elas criadas, as cúpulas, as direcções tiraram as perspectivas, fosse no caso do WASG (cisão à esquerda do SPD, que resultaria na criação de *Die Linke*, NdT) fosse, mais recentemente, do *Aufstehen* e agrupamentos similares. Em todos esses casos, foram partes do próprio aparelho que, juntamente com os vestí-

gios do estalinismo, empurraram tal busca para um beco sem saída. Enquanto isso, assiste-se a um movimento das massas, que usam as mínimas fissuras para se reapoderarem das “suas” organizações. (...)

Quando Schultz, de facto candidato da União Europeia, avançou o tema da “justiça”, embora de modo vago e sem compromisso, como base da sua candidatura à presidência do SPD, pode-se dizer sem exagero que 17.000 novos membros, principalmente jovens, aderiram ao SPD. E desapareceram quase com a mesma rapidez logo que os dirigentes do SPD decidiram aderir ao Bloco Central (o governo de “grande coligação” com o partido burguês de Angela Merkel - NdR). Nunca podemos, pois, no âmbito do combate pela construção de um partido operário independente, ignorar este movimento das massas a procurarem agarrar-se às suas organizações tradicionais. Nesse sentido, damos o nosso apoio à discussão dos militantes sociais-democratas e dos sindicalistas que pretendem proteger e defender o seu legado e as suas organizações contra a linha destrutiva do Bloco Central, que se resume à fórmula “continuar na mesma”. Nisto, a reivindicação do Programa de Transição *“rompam com a burguesia, tomem o poder”* concretiza-se na palavra de ordem *“rompam com o Bloco Central”* e *“rompam com a União Europeia e as suas instituições”*. (...)

É indispensável construir o “partido específico” da classe operária, dada a traição da IIª e da IIIª Internacionais e as linhas seguidas pelas direcções dos aparelhos nos sindicatos e a sua integração na “união sagrada”. A classe operária alemã precisa de ter o seu partido político, um *“partido que seja distinto de todos os outros e oposto a eles, um partido de classe consciente de si mesmo.”* (Engels)

## CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL ●

Esta procura está viva, e disso é prova a primeira série de respostas à carta de um camarada que saiu do SPD. O camarada tinha escrito a certo passo: *“Nesta situação, a questão que se põe com urgência é a de saber como se poderão os trabalhadores dotar de uma representação política dos seus interesses, de um partido que represente unicamente os seus interesses específicos, um “partido de classe consciente de si mesmo”! Em todo o mundo, os jovens, as mulheres e a população activa já não estão dispostos a aceitar a opção pelo “mal menor”. Têm uma opinião sobre o que um partido representativo dos seus interesses devia fazer, sobre o que um governo que actuasse no interesse da maioria, dos trabalhadores e dos jovens faria: (...) não teria um governo cuja referência fossem os interesses da maioria posto a produção debaixo do controlo do Estado, reconvertendo-a ao fabrico dos produtos e infra-estruturas indispensáveis para enfrentar a pandemia? Não haveria ele, para isso, de confiscar as empresas — a começar pelas farmacêuticas — e os activos dos bancos? Um governo assim iria buscar os milhares de milhões onde eles andam, de modo a proporcionar tratamento gratuito a todos, financiar todas as vagas de enfermagem e equipamentos necessários ao bom funcionamento dos hospitais. Um governo assim garantiria a cada trabalhador um rendimento que lhe permitisse viver durante o confinamento e o encerramento das empresas. Um governo assim (re)nacionalizaria a investigação fundamental e daria às equipas de investigação meios para a pesquisa dos vírus emergentes e outras doenças. Um governo assim determinaria o controlo dos preços dos alimentos e medicamentos de base, pois as grandes cadeias de distribuição e as cadeias farmacêuticas fazem subir os preços em toda a parte a pretexto da pandemia e da crise económica. Para tal fim, um governo assim confiscaria, nomeadamente, os orçamentos militares que ainda continuam a financiar operações militares imperialistas contra os*

*povos. Requisitaria os milhares de milhões da especulação e pô-los-ia ao serviço da saúde da esmagadora maioria. Porque um governo que estivesse disposto a tomar tais medidas, necessárias à sobrevivência dos trabalhadores e contrárias às exigências da classe capitalista, romperia com a classe capitalista.”*

Tirando as consequências do acima referido, acrescentava: *“Como considero que um governo assim é urgentemente necessário, pretendo empenhar-me ao lado dos trabalhadores, jovens, grupos e organizações que, como eu, considerem que é importante lançar as bases de um tal partido baseado na necessária independência política da classe operária. Para esse fim, dirijo-me expressamente aos camaradas que partilhem este ponto de vista, convidando-vos a darem a conhecer esta declaração a todos os que entendam necessário tomar o caminho da criação de um partido dos trabalhadores que, de maneira independente, actue unicamente a favor dos interesses dos trabalhadores e da juventude.”*

A discussão abriu-se então, mostrando claramente que o combate por um partido operário na linha “política operária-partido operário-governo operário” corresponde a uma necessidade profunda de quadros com percursos políticos diversos dentro do movimento operário.

Os camaradas do ISG participam na discussão e contribuem para ampliá-la e dá-la a conhecer.

**Extractos do nº 11 de Die Internationale Arbeiterkorrespondenz, órgão da ISG, Fevereiro de 2021.**

## França



A TCI é uma corrente do POID, que publica La Tribune des travailleurs

O 55º congresso da secção francesa da IVª Internacional (Tendência Comunista Internacionalista do POID) reuniu-se nos dias 6 e 7 de Fevereiro de 2021

“O nosso congresso decorre quando a pandemia causou já mais de dois milhões de mortos à escala mundial e quase oitenta mil em França, e num contexto marcado pela destruição maciça de centenas de milhões de empregos e a pauperização de milhares de milhões de seres humanos. (...)

Porém, a marca da situação no nosso país neste mês de Fevereiro de 2021 é, antes de mais nada, a imensa rejeição (tendendo em certos casos, para manifestações de revolta) de todos os sectores da população — muito em especial da classe operária e da juventude — face ao sofrimento imposto pelo governo Macron. A marca da situação é o ascenso da luta de classes, a multiplicação das greves “de baixo”, que, arrastando consigo as organizações, procuram, apesar das cúpulas dos aparelhos, todas elas ligadas a união sagrada com o governo Macron, o caminho da

## ● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> luta pela satisfação das reivindicações. A marca da situação é que, face a este ímpeto da classe operária e da juventude, o governo, os seus representantes, os patrões, se viram, em várias circunstâncias, na contingência de ceder parcialmente a reivindicações no fito de preservar o que, para eles, é o essencial: o regime da propriedade privada dos meios de produção, as instituições da Vª República e o próprio governo Macron. Para os detentores do poder, há que impedir que mil e uma manifestações de resistência operária converjam, trazendo abertamente para a praça pública a questão do poder. Questão do poder que hoje se apresenta nos seguintes termos: é urgente não só correr com este governo, mas correr com as instituições da Vª República, romper o espantalho dos tratados da União Europeia que é o quadro delas, encarnando, quase caricaturalmente, o bonapartismo contra a democracia política. Para os poderosos, é preciso continuar a beneficiar da união sagrada nos termos em que foi selada a 19 de Março de 2020 pelo voto de todos os partidos “de esquerda” (PCF, PS, LFI) a favor do plano dos 343 mil milhões para os capitalistas. União sagrada esta que hoje se perpetua em cada um dos actos destes partidos para quem a lei suprema é o respeito do jogo institucional: aguentarem-se todos juntos até às eleições presidenciais de 2022 e depois delas, dando um novo balão de oxigénio ao regime da Vª República.

Em frente, porém, a saída dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres trabalhadoras para o terreno da luta de classe está começando a plantar balizas que ultrapassam as reivindicações imediatas, reflectindo a capacidade das massas laboriosas para tomarem elas próprias conta do futuro da sociedade. Se bem que estes elementos ainda sejam modestos, não se pode ignorar o que eles traçam em filigrana. Os centros de vacinação criados pelos próprios médicos e pessoal de saúde, com apoios autárquicos, contra o poder central da Vª República, exigindo o fornecimen-

to de vacinas, são a via da auto-organização; na mesma linha, a afirmação dos sindicatos CGT da Sanofi de que estão prontos para arrancarem eles próprios com as linhas de produção de vacinas; ou, noutros moldes, os comités de preparação para a greve, os comités de delegados ou, ainda, as iniciativas de comités de mulheres trabalhadoras nos bairros, os comités de estudantes pela reabertura das facultades ou, ainda, as 100 AESH de Seine-Saint-Denis, que se reúnem com o sindicato para decidir da greve e organizá-la... Em moldes variados, o que se manifesta é a vontade de auto-organização, na prática emancipada de ter de pedir licença aos aparelhos para agir. Para essa vontade de auto-organização contribuimos nós, no nosso posto, como militantes da IVª Internacional comprometidos com a construção do partido operário.

Este 55º Congresso coincide com a abertura de uma nova fase da luta de classes: preparam-se novas lutas, desenham-se novas tarefas para os militantes trotskistas. Sofrendo embora, há mais de um ano, os militantes da IVª Internacional, como todos os trabalhadores, das consequências da política deste governo em todos os domínios e dos golpes que ele não pára de infligir à população laboriosa e à juventude, os laços que solidamente os unem permitem-lhes reflectir colectivamente sobre a situação e extrair desta situação de sofrimento, desorganização e destruição elementos de reflexão e de organização sobre o que há a fazer para lutar e ajudar os oprimidos e explorados a abrirem outro caminho: o caminho de outro governo, outra sociedade, assente na satisfação das necessidades da imensa maioria e não das exigências do punhado de aproveitadores e especuladores. (...)

À medida que se foi desenvolvendo, a discussão que se iniciou nas nossas fileiras sobre o lugar de *La Tribune des travailleurs*, o seu conteúdo e o compromisso dos militantes trotskistas na sua difusão estendeu-se a uma questão fundamental para a nossa corrente: que organização revolucionária de vanguarda queremos nós constru-

ir? Todos os militantes — assim como, além deles, os aderentes do Partido Operário Independente Democrático e, mais além ainda, uma camada ampla de trabalhadores, militantes e jovens de todas as tendências — reconhecem unanimemente a qualidade de *La Tribune des travailleurs*, quer como jornal que informa os trabalhadores, organiza e contribui para organizar a luta, quer desempenhando plenamente o seu papel de tribuna livre da luta de classes, de confrontação de pontos de vista, de debate livre. Um jornal cujo centro de gravidade permanente é o que jorra “de baixo”, na classe operária. Sendo uma ferramenta de qualidade, uma ferramenta de intervenção operária, uma ferramenta de emancipação operária, *La Tribune des travailleurs* é, evidentemente, susceptível de aperfeiçoamento. O mandato a confiar à direcção eleita no 55º Congresso deve ser de ampliar ainda mais esta capacidade de *La Tribune des travailleurs* de ser uma ferramenta para todos os trabalhadores e todos os militantes que procuram bater-se pela emancipação social.

Neste âmbito, a relação entre jornal e forma de organização da vanguarda revolucionária configura uma questão específica. Os militantes da IVª Internacional estão unidos num objectivo político, aquele que os marxistas definiram para si há mais de cento e setenta anos, o da tomada do poder político pela classe operária, de modo que esta reorganize a sociedade e a economia, socialize os principais meios de produção e troca, os ponha ao serviço da imensa maioria e erradique o lucro capitalista e a extorsão de mais-valia, motor do sistema de exploração. Este objectivo político implica dar sempre um lugar central à dependência de classe da classe operária. A questão do jornal e do seu lugar na construção da organização revolucionária de vanguarda está completamente ligada à questão da independência de classe.”

**Extractos da declaração adoptada pelo congresso.**



## Grã-Bretanha



**P**onham termo ao apoio ao governo em nome do “interesse nacional”.

Enquanto o número de mortes causadas pela Covid-19 passa a barra dos cem mil, bem mais do que os setenta mil civis mortos durante toda a segunda guerra mundial, cresce a cólera entre os trabalhadores e toda a população ante as medidas levadas a efeito pelo governo conservador.

O governo teima em passar para cima da população a responsabilidade pela falta de progresso na luta contra o vírus, em esperar que o plano de vacinação traga a solução para a sucessão das suas próprias carências e em insuflar um sentimento de medo das novas variantes, camuflando a realidade de as famosas variantes só aparecerem por causa da inacção do governo, das suas hesitações e das medidas inadaptadas que tomou. E continua, mês após mês, a lubrificar os seus comparsas do sector privado e os dadores do seu partido com centenas de milhões de dinheiros públicos.

Foram exactamente os responsáveis políticos que andam a dizer às pessoas que fiquem em casa “para proteger o sistema de saúde, o NHS” quem desmantelou esse mesmo NHS, privando-o sistematicamente de financiamento

público há mais de dez anos, no intuito de abri-lo à privatização. Foram estes mesmo políticos que, há dois anos, votaram contra um aumento salarial para as enfermeiras e que, hipócritas como são, agora vêm desvirtuar a manifestação popular espontânea de gratidão e reconhecimento de “aplausos aos que cuidam”, transformando-a num cínico exercício de relações públicas. É por causa destes responsáveis que o pessoal do NHS está em esgotamento, angustiado e com transtornos pós-traumáticos, e é por sua causa que milhares de famílias se vêem na insuportável situação de não saberem quando os seus próximos que padecem de outra doença grave poderão receber o tratamento que os possa salvar (além dos milhões, 4,46 milhões só na Inglaterra, que estão há meses a aguardar tratamentos cirúrgicos de rotina como, por exemplo, a implantação de uma prótese da anca ou do joelho).

Enquanto isso, a oposição dirigida por Starmer e pela direcção da confederação sindical, o TUC, que não fala da inacção, da negligência criminosa e da corrupção do governo, continua a apoiar uma quantidade de medidas inadequadas e inábeis, dando mais uma vez prioridade ao “interesse nacional” sobre os interesses e necessidades gritantes dos trabalhadores.

O que “interesse nacional” exactamente significa é que é melhor deixar as mãos livres aos capitalistas para eles, perseguindo desenfreadamente o lucro, destruindo a vida e os meios de existência das populações laboriosas.

O novíssimo *Projecto pela Paz e pela Justiça* promovido por personalidades como Jeremy Corbyn e Len McCluskey, é o eco da cumplicidade entre as direcções do Partido Trabalhista e do TUC e a ofensiva do capitalismo britânico contra os trabalhadores.

A classe operária quer lutar. E luta. Os trabalhadores resistem, apesar das vezes sem conta que os que, lá de cima, se pretendem seus dirigentes, os abandonam.

No dia 7 de Janeiro, 9 mil técnicos e trabalhadores de centros de chamadas (*call centres*) da *British Gas*, filiados no sindicato GMB, entraram em greve durante cinco dias em resposta ao plano de “despedimento/recrutamento” propugnado pela empresa, plano semelhante ao que a *British Airways* tentou levar a cabo, sem o conseguir. A despeito das manobras de intimidação e das violências da direcção da *British Gas*, o GMB convocou mais cinco greves de 24 horas para entre 20 de Janeiro e 1 de Fevereiro.

Um dos problemas que claramente vieram ao de cima na greve do GMB foi a falta de um amplo movimento de unidade e solidariedade: dos vinte mil empregados da *British Gas* confrontados com pressões para aceitarem contratos de trabalho degradados como condição para não perderem o emprego, cerca de 7 mil trabalhadores representados pelo sindicato UNISON aceitaram as novas condições impostas pela empresa em Dezembro de 2020, e 4 mil não sindicalizados aceitaram também assinar os novos contratos. Só que não são os trabalhadores que defendem os seus empregos os responsáveis pela falta de unidade e solidariedade, são os dirigentes que se recusam teimosamente a agrupar as acções de resistência dos trabalhadores e fazer delas uma acção comum por reivindicações básicas — diz-se até que propostas de solidariedade foram deliberadamente ignoradas.

(...)

Não há mais tempo a perder! Mais de cem mil pessoas perderam inutilmente a vida, e dezenas de milhares de fontes de rendimento foram inutilmente destruídas. Quando este governo, cuja incompetência é criminosa, e os seus carregadores do “interesse nacional” cegam o povo, abandonando-o a uma repetição do desastre da Primavera passada ainda para pior, recordemos e repitamos as reivindicações urgentes avançadas no passado mês de Abril pelo *Labour Internationalist*, nomeadamente a requisição dos milhares de milhões concedidos

## ● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

&gt;&gt;&gt;

aos bancos e grandes empresas, usando-os para medidas de urgência directamente afectadas à protecção da população, a requisição das empresas para produzir tudo o que actualmente falta no NHS; a proibição dos despedimentos, das extinções de postos de trabalho e desse embuste que é o auto-emprededorismo; o pagamento integral dos salários de todos os trabalhadores confinados, independentemente do seu estatuto, meios financeiros para que todos pudessem viver, e o abandono do *universal credit*<sup>(1)</sup>. Todas estas reivindicações vão no sentido dos interesses bem compreendidos dos trabalhadores e devem ser satisfeitas! Hoje, a lista de reivindicações deve incluir também a requisição dos grandes laboratórios farmacêuticos, para produzir as quantidades necessárias de doses de vacina, ao preço de custo, em vez de fornecer lucros às empresas privadas.

Tudo isto só pode ser posto em prática por um governo que esteja ao serviço dos interesses da classe operária, um governo operário que rompa com o sistema capitalista e as suas instituições.

### Editorial do nº 14 de *Labour Internationalist*, publicação dos militantes britânicos do CORQI, Janeiro de 2021

(1) Fusão de todas as prestações sociais numa só, que, para 2,5 e 3,2 milhões de famílias, se traduz numa diminuição dos seus rendimentos, com uma perda média de 180€ mensais.

## México



### “Salvar o soldado Cienfuegos”

**E**sta fórmula, que se propagou pelas redes sociais neste mês de Dezembro de 2020, resume a posição do governo López Obrador (o actual presidente mexicano, conhecido pelas suas iniciais, AMLO - NdR) nas semanas mais recentes. Coaram-se por vários escritos e redes sociais as razões por que é preciso “salvar o general Cienfuegos Zepeda”, preso no dia 15 de Outubro em Los Angeles (Estados Unidos). Que não convinha incomodar as forças armadas mexicanas, que se imagina terem exercido enorme pressão sobre o poder executivo para que a sua “honra” não pudesse ficar manchada pelas acusações que transpareciam de mais de 700 documentos e registos na posse da *Drug Enforcement Administration* (organismo de “luta contra a droga” do Estado americano - NdR). Documentos que acusam o general Cienfuegos de narcotráfico, de “conspiração no fabrico, importação para os Estados Unidos e distribuição de drogas ilícitas”, lavagem de dinheiro e de ter beneficiado de lutas do cartel dos irmãos Beltrán Leyva.

(...)

Quem é o general Salvador Cienfuegos?

General de quatro estrelas, ex-secretário da defesa durante a presidência de Enrique Peña Nieto (2012-2018), a sua prisão provocou um tremor de terra. Cienfuegos é o mais alto funcionário mexicano preso nos Estados Unidos, o primeiro chefe do ministério da defesa a conhecer a prisão. O fenómeno do narcotráfico no México não se pode compreender se se ignorar a imbricação que existe há décadas entre os diferentes cartéis da droga, o sistema financeiro e os governos (governo federal, os governos estaduais), imbricação denunciada de longa data pelas organizações operárias.

Durante a presidência anterior, este general fizera-se notar como artesão do novo papel das forças armadas, instrumento da militarização crescente do país. Defendera a utilização sistemática das forças armadas na vida interna do país e fora um dos principais instigadores do novo quadro jurídico que permitiu ao exército assumir as tarefas da polícia no âmbito da lei de segurança interna. O que se traduziu numa “moldura legal” para as violações sistemáticas dos direitos humanos, o assassinato e desaparecimento de dezenas de milhares de pessoas, em primeiro lugar gente do povo trabalhador, mulheres e juventude.

A responsabilidade directa de Cienfuegos está fortemente implicada nos dois casos marcantes que mostram o verdadeiro papel das forças armadas mexicanas: o massacre de 22 pessoas em Tlatlaya em Outubro de 2014 e o desaparecimento dos 43 alunos da Escola Normal de Ayotzinapa, em 26 de Setembro de 2014, casos cuja verdade nunca chegou a ser apurada apesar das promessas de campanha de López Obrador.

O exército lucrou com contratos dos megaprojectos de AMLO

A administração de López Obrador foi criticada pela sua dependência excessiva dos militares, provocando um debate a respeito da

## CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL ●

militarização do país e da mão pesada do exército sobre a sociedade. A política do presidente reforçou a militarização, confiando aos militares responsabilidades no domínio das informações e eliminando os contrapoderes.

Pior ainda, entre 2013 e 2019, o ministério da defesa recorreu a empresas fictícias beneficiárias de vantagens fiscais. Diversas instâncias do exército pagaram a esse título cerca de 156 milhões de dólares a 250 empresas, depois designadas como empresas-fantasma pelo Serviço de Administração Tributária (SAT). Em vez de pôr a nu esta rede de corrupção e de sancionar os responsáveis, com a chegada de López Obrador à presidência, o ministério da defesa adquiriu um papel preponderante na administração pública, se se considerarem as diferentes responsabilidades que lhe foram entregues. É seu o encargo da construção do aeroporto de Santa Lucía e participará na construção de duas secções do Comboio Maia, dois projectos de obras públicas emblemáticas deste governo.

AMLO apoia Cienfuegos e o ministério da defesa, na continuidade da política de militarização do país

Nas suas declarações, López Obrador nada disse sobre a responsabilidade do general Cienfuegos nos massacres e desaparecimentos acima referidos e nas violações dos direitos humanos durante a pretensa “guerra contra a droga” sob a sua direcção. López Obrador tão-pouco disse que se integraram soldados na guarda nacional criada pelo seu governo, que se ilustrou reprimindo os migrantes (vindos da América Central - NdR). Apesar da mudança de administração presidencial de 2018 no México, tem havido continuidade no ponto de vista do carácter e papel destas instituições repressivas.

Para a Liga Comunista Internacionalista (filiada no CORQI), o que se passa não é uma guerra entre “bons” e “maus”. O narcotráfico é uma actividade económica e

comercial ilegal transnacional que, enquanto tal, gera milhares de milhões de dólares que se infiltram em toda a vida económica, social e cultural do país. Actividade económica que decide da vida política e económica do país ao mesmo título que as outras grandes empresas. Filiais, funcionários e homens políticos ajudam a lavar ou branquear esses recursos e obtêm vantagens no âmbito do tratado de comércio livre México-Estados Unidos-Canadá (T-MEC), que põe os interesses dos grandes capitalistas na exploração dos recursos naturais, da terra, da mão-de-obra e da segurança por cima dos interesses e necessidades da população trabalhadora, que são sacrificados.

O problema não tem solução no quadro institucional do México. A única solução possível passa pela organização dos trabalhadores, ao nível nacional e internacional, pela tomada do poder pela classe operária com a ajuda do seu partido independente, livre de dependências para com os patrões, as igrejas e o narcotráfico, varrendo todas as instituições podres.

**Artigo publicado no nº 26 de Transición de Dezembro de 2020, órgão da Liga Comunista Internacionalista (LCI, membro do CORQI)**

## Brasil



## Ford quer sair de fininho do país e com dinheiro no bolso

**A** Ford está tentando passar a perna em seus funcionários, demitindo-os antes de qualquer negociação com os sindicatos de metalúrgicos de Taubaté e de Camaçari. Tenta também passar para frente seus bens e maquinários, ameaçando dar o calote nos operários. Essa provocação da empresa contra seus trabalhadores mereceu uma reação da Justiça do Trabalho em São Paulo e Bahia, respectivamente nos dias 5 e 6 de fevereiro. Duas liminares proibiram as demissões e obrigam a empresa a pagar os salários e licenças remuneradas enquanto os contratos de trabalho estiverem vigorando. As decisões judiciais também proíbem a FORD de alienar seu patrimônio.

Em artigo publicado no site nacional da CUT, no dia 18 de Janeiro, os dirigentes sindicais cutistas Paulo Cayres, Sérgio Nobre e Vagner Freitas defenderam: “Caso a Ford mantenha sua decisão, os governos federal e os estaduais devem encampar suas plantas industriais, com máquinas e equipamentos, como contrapartida dos bilhões de reais que deixaram de arrecadar em face dos incentivos fiscais e benefícios que recebeu no Brasil”.

O ex-presidente do PT, José Genoíno, no momento em que a Ford anunciou o fechamento das fábricas no Brasil, propôs um projeto de lei na Câmara dos Deputados nacionalizando a empresa e passando-a à propriedade do Estado. Genoíno fez esta proposta aos parlamentares do PT e sindicalistas da CUT, defendendo que os operários ocupassem as fábricas fechadas para assegurar o controle sobre os bens e o maquinário. A tentativa por parte da Ford de demitir sorrateiramente seus funcionários visa dispersar e forçar os trabalhadores a aceitarem a situação, trocando seus empregos por uma ninharia no bolso. Os operários, tanto em Taubaté quan-

## ● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

>>> to em Camaçari, têm se negado a um acordo com a empresa nestes termos porque sabem que abandonada a fábrica não encontrarão empregos compatíveis em outras atividades, se é que encontrarão novos empregos.

Na Ford de São Bernardo, no ano passado, a direção do sindicato dos metalúrgicos convenceu os trabalhadores a acabar com uma greve forte contra o fechamento da fábrica da montadora. A justificativa foi a falsa promessa da empresa de achar um novo comprador do setor que reempregaria os demitidos. Livre dos operários a Ford vendeu seu maquinário e o terreno de 1 milhão de metros quadrados para a construção de galpões de logística por 550 milhões de reais.

Esta história não pode se repetir. Por isso, diante da provocação da Ford em querer demitir seus empregados e vender seu patrimônio lesando os trabalhadores e o país, os sindicalistas devem orientar para a ocupação das fábricas e exigir sua estatização. Na Bahia, o governador do PT, Rui Costa, poderia tomar a iniciativa de encampar a fábrica de Camaçari. Na Câmara, os deputados federais do PT poderiam apresentar, em caráter de urgência, um projeto de lei para nacionalizar as duas fábricas fechadas.

Trata-se de uma corrida contra o relógio, antes que os operários se dispersem. A direção da Ford já mostrou que quer sair de fininho e ainda com dinheiro na conta. Se a empresa quer ir embora, que vá. Mas que não desmonte duas importantes fábricas e faça da vida de seus operários uma ruína.

**Publicado no nº 34 do jornal Resistir, de 9 de Fevereiro de 2021, em que participam os militantes da Organização Comunista Internacionalista do Brasil.**

## Marrocos



### A propósito do acordo de normalização entre Marrocos e o Estado de Israel

O jornal *Minbar Ischchighila-Tribune des travailleurs* entrevistou o camarada Naji El Khatib, militante palestino que milita por um só Estado laico e democrático na Palestina (publicamos excertos).

Que comentário fazes à normalização de Marrocos com o Estado de Israel?

Há que condenar tal normalização, que representa uma punhalada nas costas da legítima luta do povo palestino pelos seus direitos, violados por essa entidade ocupante, racista e discriminatória, que prossegue com o roubo da terra palestina em plena luz do dia. Não posso deixar de dizer que esta normalização pública não é mais do que o fruto da normalização secreta feita há décadas e fruto das facilidades de imigração dadas aos judeus marroquinos para reforçar o Estado de Israel desde a criação deste. O regime marroquino, tal como os outros regimes árabes, monarquias ou repúblicas, têm praticado esta normalização sec-

reta há muito tempo e feito da questão palestina — que dizem apoiar — mera moeda de troca. (...)

Como vêes as relações entre o povo marroquino e a questão palestina?

O povo marroquino está ao lado da luta do povo palestino. As manifestações que se desenvolveram em várias cidades do país contra a normalização são o reflexo deste apoio corajoso ao povo palestino. A repressão e proibição de várias manifestações populares em Marrocos não conseguem disfarçar a solidariedade com o povo palestino. O povo palestino sabe bem que o regime marroquino proíbe as manifestações populares, como foi o caso em 14 de Dezembro, quando as forças policiais fecharam a avenida Mohamed V, em Rabat, para impedir concentrações. A imprensa palestina e as redes sociais da Palestina relataram a manifestação de Casablanca de 27 de Dezembro, em que se brandiram bandeiras da Palestina e se gritaram palavras de ordem contra a normalização. O povo palestino está ao corrente da publicação de um comunicado assinado por mais de 200 personalidades marroquinas a condenar a normalização com o Estado de Israel, qualificando-a de “pecado”.

Como vêes as posições dos partidos políticos marroquinos sobre a normalização?

Os sítios internet e a imprensa palestina têm-se feito eco das posições honrosas das forças da esquerda marroquina e das forças laicas em geral. Os palestinos ficaram atordoados com a posição dos islamitas marroquinos, nomeadamente os do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD) e do movimento *Attawhid wal islah* (“Movimento da Unidade e da Reforma”, associação religiosa ligada ao PJD - NdR). (...)

Esta ruptura moral, política e ideológica das forças islamitas contrasta com a imagem do manifestante judeu marroquino contra o sionismo e contra a política racista de Israel. Vimos esse militante, Sion Assidon, com um *fez* vermelho sec-

## CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL ●

na cabeça e um *keffieh* palestino a ser cercado pela polícia. Este judeu marroquino tinha sido preso nos anos setenta em Kenitra, tendo recebido uma medalha de honra da Organização de Libertação da Palestina (OLP) pela sua posição e apoio permanentes à causa palestina em companhia do já falecido Abraham Serfaty. Os verdadeiros judeus, sobretudo os judeus marroquinos, são contra a entidade sionista que só trouxe males à humanidade inteira.

Tens propostas práticas para as organizações e as massas marroquinas para o futuro do apoio à revolução palestina?

Creio que o maior serviço que as forças de esquerda e as forças laicas de Marrocos, bem como as organizações da sociedade civil, podem prestar à Palestina é organizar uma propaganda e discussão amplas e democráticas nos meios populares e estudantis para esclarecer a confusão a que a causa palestina foi sujeita. Esta confusão deve-se em primeiro lugar à posição oficial palestina, dita de “solução de dois Estados”. O rei marroquino também afinou por esse diapasão, pretendendo apoiar a Palestina enquanto normalizava as relações com o assassino dos seus filhos (da Palestina - NdR) e declarava apoiar a “solução de dois Estados”, portanto uma solução que liquida a causa palestina, solução que todas as forças democráticas da Palestina rejeitam, considerando-a uma solução racista (já que se baseia em haver um Estado para os judeus e um Estado para os palestinos). Tal propaganda pode ajudar o povo marroquino a saber que os verdadeiros interesses do povo palestino não são representados pela Autoridade Palestiniana, nem pela sua ala direita em Ramallah, nem pela sua ala religiosa em Gaza.

**Publicado no nº 10 de *Minbar Ischchighila/Tribune des travailleurs*, por uma política independente favorável à classe operária e à nação, Janeiro de 2021.**

## Senegal



## Somos resolutamente internacionalistas!

O Grupo Senegalês de Estudos Revolucionários assinou um apelo do Comité Operário Internacional (COI) por uma Internacional Operária, contra a guerra. Estar organizados à escala mundial parecemos uma necessidade, pois os interesses dos trabalhadores não conhecem fronteiras. Participámos no comício internacional do COI do 1º de Maio, dia de luta internacional dos trabalhadores. Um camarada panafricanista tomou a palavra sobre uma questão crucial: a água. Nós rejeitamos a política sinónimo de carreirismo, corrupção, comprometimento ao serviço dos poderosos. Queremos romper com a união nacional que mantém o regime. Como é que é possível reclamar-se do socialismo, do comunismo e estar no governo com Macky Sall? Há lugar para um partido operário, um partido da juventude e das mulheres. Aqui no Senegal, a Covid não bateu forte, mas a emigração em barcos improvisados mata centenas de jovens. Os jovens não têm sequer a esperança de conseguir um trabalho para criar uma família ou serem independentes. São demasiados

os que, assim, acreditam no eldorado europeu e partem para o mar, vítimas de mentiras. Reduzidos à escravidão na Líbia ou mortos no Saara ou no alto mar, eis o destino de tantos. Para os que sobrevivem, na maioria dos casos espera-os uma vida indigna na Europa. Podíamos falar do paludismo, da fome, dos costumes ancestrais que mutilam as mulheres ou de uma corrupção e clientelismo que gangrenam as administrações. Não esqueçamos a guerra e o terrorismo que lavram no Burkina Faso e no Mali e a repressão na Guiné. Participamos no movimento estudantil e liceal para defender o direito a estudar. Apoiamos e intervimos com os trabalhadores que lutam pelos seus empregos, pelo seu ganha-pão, pela sua dignidade. Recusamos depender de moedas do ex-colonizador e ver as suas tropas voltarem à África. Querer mudar tudo isso não será fácil. Como, então?

Queremos um partido que defenda unicamente os interesses dos oprimidos. Um partido filiado numa Internacional Operária que tenha como objectivo construir o socialismo. Fomos observadores de uma conferência da IVª Internacional e assinámos o Manifesto de Alarme adoptado. Alarme, sim, pois o capitalismo está a destruir a civilização em nome do lucro de uma ínfima minoria de predadores.

Então: Ca Kanaam!

**Artigo publicado no nº 1 de *Ca Kanaam - Avante!*, Janeiro de 2021**

# Voltando à Importância do Trabalho nos Sindicatos

Cem Anos da Publicação da obra de Lenine "Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo"

Por Max Schumacher

No Manifesto de Alarme da 3ª Conferência do CORQI, dirigido "às trabalhadoras e trabalhadores, jovens e militantes operários do mundo inteiro e a todos os que aspiram a acabar com a exploração capitalista", os delegados cobriram activamente a questão e as condições da intervenção nos sindicatos, num contexto em que, em todos os continentes, as direcções das organizações construídas pela classe operária no decurso da sua luta de classe estão, na prática, comprometidas em "uniões sagradas" com os governos imperialistas.

**N**O RELATÓRIO introdutório da 3ª Conferência, o relator salientava: "Um ponto há em que é preciso esclarecermos a discussão entre nós. No que diz respeito às organizações que foram constituídas pela classe operária no seu combate histórico, especialmente os sindicatos, concordamos em considerar que não podemos confundir o sindicato com o seu aparelho, nem os diferentes níveis do aparelho? É uma dis-

*cussão importante: surgiu, por exemplo, no debate com os militantes chilenos que romperam com o CORQI. A conclusão que eles tiraram foi que a formidável vaga revolucionária iniciada no Chile em Outubro de 2019 deu em a CUT, a central sindical, ficar definitivamente integrada e passar a ser uma central corporativa.*

*A herança do nosso movimento e, para ser mais exactos, a herança do que nos ensinaram Lenine e, sobretudo, Trotsky sobre os sindicatos, bem como o que nos ensinou o camarada Pierre Lambert, é que o sindicato construído pela classe operária para se constituir como classe (Trotsky diz dele que é "a arena elementar da frente única"), continua a ser, enquanto não for destruído e apesar da direcção que tenha, um instrumento de organização e acção da classe operária no terreno da sua independência." ("A Internacional", n° 20, pp. 9/10).*

Pode parecer que o problema com que a 3ª Conferência se debateu é um problema velho, mas as questões que com ele se prendem têm sido constantemente levantadas ao longo da história do movimento operário no fito de resolver os problemas e orientar os combatentes e quadros na luta de classes.

Os sindicatos "como força organizada para a eliminação do próprio sistema salarial e do domínio do capital"

No final de Agosto de 1866, Karl Marx redigiu as "Instruções aos Delegados ao Conselho Central Provisório", destinadas aos

delegados ao Iº Congresso da Iª Internacional (AIT), que decorreu entre 3 e 8 de Setembro de 1866 em Genebra. Nelas se formulavam alguns princípios, nomeadamente no ponto 6, "Passado, Presente e Futuro dos Sindicatos", que o tempo e a reivindicação levantada pelas actuais direcções sindicais de salários "justos" e condições de trabalho, etc., "justos" não deixaram perder actualidade para nós, enquanto militantes da IVª Internacional: "O capital é poder social concentrado, ao passo que o trabalhador só dispõe da sua força de trabalho. O contrato entre capital e trabalho nunca poderá, por conseguinte, assentar em condições justas, justas nem sequer no contexto de uma sociedade que opõe propriedade dos meios materiais de vida e de trabalho à força produtiva viva. O único poder social dos trabalhadores é o seu número. Com a divisão, rompe-se, contudo, o poder do número. A divisão dos trabalhadores é produzida e mantida pela inevitável concorrência entre eles.

Os sindicatos começaram por surgir das tentativas espontâneas dos trabalhadores para eliminar ou, pelo menos, restringir essa concorrência, de modo a conquistarem condições contratuais que, pelo menos, os elevassem acima da posição de simples escravos." Marx realçava, dirigindo-se à Iª Internacional, a necessidade do trabalho nos sindicatos, usando nisso da contenção verbal que a composição do congresso impunha. "Não se pode desaconselhá-los enquanto se mantiver o actual modo de produção. Pelo

contrário, é forçoso generalizá-los, fundar e federar sindicatos em todos os países. Na verdade, se são necessários para a guerra de guerrilha entre capital e trabalho, os sindicatos ainda o são mais como força organizada para a eliminação do próprio sistema salarial e de domínio do capital.”

Para tanto, diz Marx, é necessário que os sindicatos “se vejam como campeões e representantes de toda a classe operária e actuem em conformidade (...) tragam para as suas fileiras os que estão de fora. Têm de se preocupar minuciosamente com os interesses dos ofícios mais mal pagos, por exemplo, os trabalhadores agrícolas, impotentes dadas as circunstâncias particularmente desfavoráveis que são as suas.” (K. Marx: *Instruktionen für die Delegierten des Provisorischen Zentralrats*. In: MEW, vol. 16, pp. 196-198. Berlim: 1962).

O trabalhador agrícola de meados do séc. XIX é o antepassado em linha directa de todos os precários dos nossos dias, que não são organizados pelas direcções dos sindicatos e que estes têm que conquistar por um combate tenaz. Hoje, são as nossas camaradas dos “ofícios mais mal pagos”, por exemplo, as centenas de milhares de enfermeiras mal pagas (assim como muitas outras que trabalham nas “profissões femininas clássicas”, nas creches, escola primária, e por aí fora) quem trava lutas sindicais duras sem poder escorar-se numa longa “tradição” e experiência de luta.

Em Abril/Maio de 1920, V. I. Lenine escreveu o “*Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*”. O livro serviu para preparar os delegados ao IIº Congresso da IIIª Internacional, antes da abertura deste. A finalidade era “*aplicar à Europa Ocidental aquilo que da história e da táctica actual do bolchevismo tem aplicação geral, tem importância geral e tem validade geral.*” (V. I. Lenine: “*Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*”). Veremos que esta obra ainda hoje continua a servir o fim que se propunha — e não só pensando na Europa Ocidental.

Apresentam-se seguidamente alguns excertos desta obra, especialmente do seu capítulo VI, “*Devem os Revolucionários Trabalhar nos Sindicatos Reaccionários?*”, porquanto deles transparece não apenas o que já há cem anos “sabemos”, mas também aquilo que, como revolucionários, nos cumpre fazer.

A herança da IIª Internacional: “*uma Política de Concórdia com os Capitalistas*”

A obra de Lenine cristalizava-se, designadamente, nas “*Teses sobre o Movimento Sindical, os Comités de Fábrica e a IIIª Internacional*”. A caracterização da burocracia sindical e dos sindicatos por ela controlados, “*que, durante a guerra, se transformaram em órgãos para exercer influência sobre as massas operárias ao serviço dos interesses da burguesia*” mantém a sua actualidade cem anos mais tarde, conforme mais à frente veremos: “*A velha burocracia sindical ainda agora continua a tentar substituir as lutas e greves dos trabalhadores, que de dia para dia adquirem cada vez mais o carácter de um combate revolucionário do proletariado contra a burguesia, por uma política de concórdia com os capitalistas, uma política de contratos de longo prazo que, que mais não fosse pela interminável loucura dos saltos de preços, deixou de ter o mínimo sentido. Ela procura (...), com a ajuda do Estado capitalista, pôr entaves legais à expansão da greve.*” (“*Teses...*”, in *A Internacional Comunista*, vol. I, 1º e 2º Congressos Mundiais, 1919, 1920, p. 187. Colónia, 1984)

No manifesto do IIº Congresso da IC lê-se, por exemplo: “*A força do desespero crescente do indivíduo ante o assalto dos acontecimentos históricos não só empurra novas camadas de operários e operárias, mas também de empregados, funcionários, a intelectualidade pequeno-burguesa, para as fileiras das organizações sindicais. Até o andamento da revolução proletária impor a constituição de*

*soviets, que de imediato se elevam acima de todas as velhas organizações operárias, os trabalhadores juntam-se em sindicatos tradicionais, toleram por algum tempo a sua velha forma, o seu programa oficial, a cúpula que os dirige; mas trazem para dentro dessas organizações o crescente ímpeto revolucionário das imensas massas de milhões.*” (Manifesto... in *A Internacional Comunista*, ibidem, p. 259) Neste contexto, “*a Internacional Comunista condena os apelos sectários a abandonar as fileiras dos sindicatos, que organizam muitos milhões, ou a virar costas às instituições parlamentares e municipais. Os comunistas nunca se separam das massas enganadas e traídas pelos reformistas e patriotas. Travam, sim, uma batalha sem quartel contra os reformistas no terreno das organizações e instituições de massas criadas pela sociedade burguesa, na perspectiva de, por essa luta, com tanto mais certeza e rapidez, conseguirem derrubar a sociedade burguesa.*” (ibidem, p. 268) Nesse sentido, o comunista continua “*em todo o seu trabalho, seja enquanto dirigente de insurreições revolucionárias, organizador de grupos clandestinos, secretário de sindicatos, agitador em assembleias de massas, ou deputado, cooperante ou combatente nas barricadas, (...) a ser ele próprio, o militante disciplinado do Partido Comunista, seu lutador implacável, inimigo mortal da sociedade capitalista, da sua base económica, das suas formas de Estado, da sua mentira democrática, da sua religião, da sua moral; é o soldado mais abnegado da revolução proletária e o arauto incansável da nova sociedade.*” (ibidem, p. 269).

O ponto de partida da obra de Lenine, que representa um “alicerce da teoria e táctica bolchevique”, foram as experiências da história do bolchevismo, que ensinou os bolcheviques, nomeadamente, a desmascarar sem piedade e a escorraçar os revolucionários da palavra e também — combinando formas

## ● TEORIA

>>> de luta legais e ilegais — “a trabalhar legalmente mesmo nos mais reaccionários parlamentos, sindicatos, cooperativas, mutualidades e organizações similares.” (Lenine, *ibidem*, p. 13) Lenine dissecou o problema do compromisso (que não se limitou à paz de Brest-Litovsk<sup>1</sup>, que durante alguns meses resultou em se formar uma fracção de partidários do “comunismo de esquerda”). Lenine regista e exige: “recusar compromissos “por princípio”, negar a admissibilidade de qualquer compromisso, independentemente da sua natureza, é uma infantilidade difícil de levar a sério. Um político que queira ter utilidade para o proletariado revolucionário tem é de saber discernir exactamente os casos concretos que fazem precisamente parte da classe de compromissos que são inadmissíveis, nos quais se reflectem o oportunismo e a traição, e virar contra tais compromissos concretos toda a força da crítica e todo o gume do implacável desmascaramento e da guerra sem quartel, não permitindo aos socialistas espertalhões e “com olho para o negócio” e aos jesuítas parlamentares safarem-se e fugirem à responsabilidade com considerações sobre o “compromisso enquanto tal”. (*ibidem*, p. 22) Recordem-se também, neste contexto, no relativo ao plano inclinado que leva do compromisso ao comprometimento, os apontamentos preparatórios da IIª Conferência do CORQI, “Uma Crise que Vem de Longe”, no nº 6 d’A Internacional.

No capítulo VI, Lenine foca a questão dos “sindicatos reaccionários”. A “esquerda” alemã tinha encontrado a sua resposta para o problema: os revolucionários, os comunistas, não podiam trabalhar nos sindicatos contra-revolucionários dos Legiens<sup>2</sup>. Lenine condena tal posição: “Forçosamente se nos há-de afigurar dislate não menos ridículo e pueril a conversa peneirada, eruditíssima e revolucionaríssima da esquerda alemã sobre o tema de que os comunis-

tas não podem nem devem trabalhar nos sindicatos reaccionários e de que é aceitável recusar tal trabalho, desfiliar-se dos sindicatos, sendo absolutamente imperativo criar uma “união operária” novinha em folha, impoluta e urdida por simpaticísimos (e quase sempre com certeza muito jovens) comunistas, e por aí fora.” (*ibidem*, p. 34)

Lenine descreve o desenvolvimento de características reaccionárias dos sindicatos, de uma mesquinhez corporativa, mas sem deixar de salientar do mesmo passo que “sem ser por intermédio dos sindicatos, sem ser pela sua acção conjugada com o partido da classe operária, em parte alguma do mundo se deu, nem se podia ter dado, o desenvolvimento do proletariado. A conquista do poder político pelo proletariado significa um gigantesco passo em frente para o proletariado como classe, cumprindo ao partido educar e guiar ainda mais os sindicatos, e de maneiras novas, não só as antigas, sem poder esquecer que eles constituem e ainda constituirão por muito tempo uma imprescindível “escola do comunismo”, uma escola preparatória dos proletários para a realização da sua ditadura, uma associação indispensável dos trabalhadores para a passagem gradual da administração da economia do país no seu conjunto para as mãos da classe operária.” (*ibidem*, p. 35)

Para Lenine, o carácter reaccionário dos sindicatos tem a sua causa principal no desenvolvimento da “aristocracia operária”: “Nos países do Ocidente, os mencheviques de lá “agarraram” muito mais os sindicatos do que entre nós, lá formou-se uma camada muito mais forte de “aristocracia operária” do que entre nós, corporativa, tacanha, egoísta, anquilosada, interesseira, pequeno-burguesa, com mentalidade imperialista, corrompida pelo imperialismo e desmoralizada pelo imperialismo.” (*ibidem*, p. 36) Para Lenine, a tarefa não está em virar as costas aos sindicatos, o que

ele exige é a luta implacável, que tem absolutamente de ser levada a termo, “até ao total descrédito de todos os dirigentes incorrigíveis do oportunismo e do social-chauvinismo e à sua expulsão dos sindicatos. Não se pode conquistar o poder político (nem se deve tentar conquistar o poder político) enquanto esta luta não tiver atingido um certo patamar, não sendo esse “certo patamar” o mesmo nos vários países e em diferentes condições.” Travamos esta luta contra a “aristocracia operária” “em nome das massas trabalhadoras e para ganhá-las; travamos a luta contra os dirigentes oportunistas e social-chauvinistas para ganhar a nós a classe operária.” (*ibidem*, p. 37) É atendendo exactamente a esta tarefa que Lenine condena a estupidez dos comunistas “de esquerda” alemães, “que, do facto de a cúpula dos sindicatos ser reaccionária e contra-revolucionária, tiram a conclusão de que se tem de... sair dos sindicatos!! recusar o trabalho nos sindicatos!! e architectar novas formas de organizações operárias!! É uma estupidez tão indesculpável, que equivale ao melhor favor que comunistas possam fazer à burguesia. Isto porque os nossos mencheviques, como todos os dirigentes sindicais oportunistas, social-chauvinistas e kautskistas<sup>3</sup>, não são senão “agentes da burguesia no movimento operário” (coisa que sempre dissemos dos mencheviques) ou, socorrendo-nos da magnífica e tão profundamente verdadeira expressão dos partidários de Daniel de Leon<sup>4</sup> na América, “lugar-tenentes operários da classe capitalista” (*labor lieutenants of the capitalist class*). Não trabalhar nos sindicatos reaccionários significa deixar as massas trabalhadoras insuficientemente evoluídas ou atrasadas entregues à influência dos dirigentes reaccionários, dos agentes da burguesia, dos aristocratas operários ou dos “operários aburguesados” (veja-se a carta de Engels a Marx sobre os operários ingleses, de 1858).” (*ibidem*, pp. 37/38)



Lenine declara, em última análise, que — a seu ver — “o Comité Executivo da IIIª Internacional tem de (...) , em geral, condenar directamente a política de não participação nos sindicatos reaccionários (justificando minuciosamente porque tal não participação é insensata e extraordinariamente prejudicial à causa da revolução proletária), propondo ao próximo congresso da Internacional Comunista que faça o mesmo. A IIIª Internacional tem de romper com a tática da IIª Internacional, não pode iludir as questões difíceis e abafá-las; tem, sim, de pô-las com clareza meridiana.” (ibidem, pp. 40/41)

Enquanto IVª Internacional transcrevemos esta análise e tarefas para o nosso programa

A IVª Internacional rejeita resolutamente o fetichismo sindical e condena-o. “As secções da IVª Internacional deverão, assim, envidar sempre esforços não só para renovar o aparelho dos sindicatos, propondo arrojada e resolutamente, em momentos críticos, dirigentes militantes para render os funcionários de rotina e carreiristas, mas também, sempre que houver o ensejo, criar organizações militantes independentes mais adequadas para as tarefas da luta de massas contra a sociedade burguesa, e que, se for necessário, não vacilem tão-pouco ante uma ruptura directa com o aparelho conservador dos sindicatos. Tanto é criminoso virar costas às organizações de massas por causa de ficções sectárias, como não o é menos tolerar passivamente a subordinação do movimento revolucionário das massas ao controlo de camarilhas burocráticas abertamente reaccionárias ou conservadoras disfarçadas (“progressistas”). Os sindicatos não são um fim em si mesmos; são um meio na marcha para a revolução proletária.” (Programa de Transição, p. 9)

Já as “Teses sobre o Movimento Sindical, os Comités de Fábrica e a IIIª Internacional” (in

*Manifestos, teses e resoluções dos quatro primeiros congressos mundiais da Internacional Comunista*, Paris, Junho de 1934, páginas 53-56 da edição francesa) formulavam, no ponto 5, o que “determinar exactamente os meios na marcha para a revolução proletária” pode concretamente significar: “Por darem mais valor ao objectivo e à essência das organizações sindicais do que à sua forma, os comunistas não podem, no movimento sindical, hesitar em cindir as organizações sindicais, caso renunciar a cindi-las equivalha a renunciar ao trabalho revolucionário nos sindicatos e renunciar ao intento de fazer deles um instrumento da luta revolucionária.” (ibidem, p. 54). É inequívoco que tal cisão teria de ir a par da construção de uma organização sindical autêntica, da construção de organizações de combate, como comités de fábrica, etc., saídos do movimento da própria luta de classes. Assistimos constantemente a reorganizações artificiais de “sindicatos” que servem para dividir a classe. Chegámos a uma situação em que, nas companhias aéreas alemãs, num avião estão representadas pelo menos três organizações sindicais concorrentes. A linha de fractura dos novos nados tende hoje a ser a profissão — no sentido em que Lenine a caracterizava como uma “camada de ‘aristocracia operária’ corporativa, tacanha, egoísta, (...) e desmoralizada”, posto que revestindo a forma de enfezamento e recaída na ordem corporativa.

Esta evolução, que é o que permite aos novos heróis sindicais fazerem o que andam a fazer, tem a sua raiz na traição reiterada da direcção do sindicato tradicional, que, em nome da “paz social”, da “parceria social” e, hoje, da união sagrada de facto, impede que os seus filiados lutem por melhores salários e condições de trabalho. O que provoca as cisões é o seu carácter oportunista e reaccionário. As teses formulam várias condições para a luta pelos sindicatos e no seu interior. “Porém, ainda que

fosse o caso de uma tal cisão se tornar necessária, esta só pode ser levada a efeito se os comunistas conseguirem convencer as mais amplas massas, batendo-se incessantemente contra os dirigentes oportunistas e a sua tática e participando activamente na luta económica, de que a causa de a cisão se fazer não são os objectivos longínquos da revolução, que ainda lhes são incompreensíveis, mas os interesses concretos e imediatos da classe operária no desenvolvimento da sua luta económica. Em caso de ser necessária uma cisão, os comunistas têm de verificar constantemente e com toda a atenção se a cisão não redundará no seu isolamento da classe operária.” (op. cit., p. 54)

Onde a cisão já tiver ocorrido, o lugar dos comunistas é ao lado dos que lutam “contra as tendências contra-revolucionárias da burocracia sindical”. Pois “apoiar sindicatos revolucionários não pode implicar os comunistas saírem dos sindicatos oportunistas em efervescência e em evolução para o terreno da luta de classes.” (ibid., p. 54)

A “caracterização”, só por si, sem análise sub-jacente, de que um sindicato deixou de ser um sindicato não leva a nada, desarma, desmoraliza lutadores e quadros, é o reverso da medalha da integração oportunista no aparelho sindical, que expõe a classe operária aos golpes dos capitalistas e respectivos governos.

Uma discussão na secção alemã do CORQI em 8 de Janeiro de 2021 e as suas tarefas

Não nos podemos ficar pela leitura de textos históricos fundamentais! Estes representam um guia para a acção, podendo, consequentemente, ser aferidos à luz do desenvolvimento presente da luta de classes. Por conseguinte, e nesta ordem de ideias, o manifesto adoptado pela IIIª Conferência do CORQI há-de ser igualmente “traduzido” em acção — sem deixar de levar em consideração as condições dos vários

## ● TEORIA

>>> países e tendo em conta as lutas da classe operária.

No dia 8 de Janeiro de 2021, os camaradas da secção alemã do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) convocaram uma reunião para discutir o manifesto de alarme. O objectivo da reunião, transmitida por video, era ser uma primeira discussão de apropriação do manifesto, não num sentido de contemplá-lo de maneira exclusivamente teórica, mas sim no de relacioná-lo com a análise feita pela IIIª Conferência do CORQI e com consequências práticas de intervenção na luta de classes, conforme os delegados à conferência o fizeram nas suas intervenções.

No dia 8 de Janeiro, a questão da intervenção nos sindicatos ocupou rapidamente o centro da discussão.

Baseando-se nas suas experiências de luta, em alguns casos de muitos anos, em greves como as da Amazon e outras, alguns camaradas (ainda) não militantes da IVª Internacional suscitaram a questão de como se havia de poder impedir o “desgaste”, pela direcção sindical, da acção sindical conjunta exigida pelas e pelos camaradas. Muitos camaradas experientes confrontam-se com responsáveis sindicais que lhes vêm dizer “*não percebes nada disto!*”

Donde vêm estas provocações de secretários sindicais, assim tentando — “*não percebem nada*” — pôr os nossos camaradas na defensiva? É evidente que é das reivindicações que os próprios trabalhadores desenvolvem. Por exemplo na Amazon, eles deduziram a reivindicação da greve unida em todas as localidades simultaneamente, não só nas alemãs, mas nas de toda a Europa. Eles exigiam que a greve fosse, do mesmo passo, “intersectorial”, ligando-se a greves dos correios e serviços de correio privatizados. *É óbvio que a questão está na luta por que “o sindicato construído pela classe operária [continue], apesar da sua direcção, a ser um instrumento de organização e acção da classe*

*operária no terreno da sua independência” e, concretamente, em que há uma camada de operários e operárias — com contratos precários — que agarram no sindicato, o obrigam a organizar as suas greves, acabando por ser, deste modo, quem, no fundo, contra todas as resistências, constrói o sindicato, criando direcções de greve e estruturas de delegados sindicais.*

Houve um camarada que pôs um problema muito ponderoso: o sindicato ver.di (função pública, transporte de mercadorias e passageiros, comércio, bancos, jornais e editoras, entre muitos outros) está a assinar “contratos colectivos de emergência pandémica” — e não é caso único.

O ver.di assinou, deste modo, um “contrato colectivo de emergência” para oito aeroportos alemães com os empregadores municipais, que, embora incluindo uma “garantia de emprego” até final de 2023, a faz pagar caro aos seus filiados: redução de 6% do tempo de trabalho com redução correlativa do salário e congelamento dos salários até ao Outono de 2022. Poucos dias mais tarde, mesmo cenário: a filial Eurowings da Lufthansa assina com o ver.di um “contrato colectivo de saneamento”, destinado a evitar despedimentos até Março de 2022. Em troca, os assalariados aceitam, entre outros, cortes salariais e de pensões.

A Lufthansa recebera em Maio 9 mil milhões de euros tirados do “pacote de resgate” do governo de bloco central alemão, tendo o Estado entrado com 20% no capital do grupo, integralmente privatizado em 1997 em observância das directivas da UE. As “ajudas” do bloco central não estavam vinculadas a quaisquer garantias de emprego ou salariais.

Não reste dúvida: a integração corporativa está em marcha. A direcção recusa-se a lutar e a organizar e dirigir a luta pela defesa de postos de trabalho e salários. Nestas matérias, a direcção do ver.di actua como direcção de um sindicato reaccionário integrado no Estado.

Só por si, isso não faz do ver.di um sindicato amarelo. Só que a direcção está a jogar com a existência do sindicato. Cumpre, pois, analisar muito bem o processo de integração corporativo. Nós baseamo-nos na luta pela defesa da independência sindical como fundamento da luta sindical. Na Alemanha, esta luta vê-se, desde Novembro de 1918 (acordo Stinnes-Legien<sup>5</sup>), face à colaboração de classes com os capitalistas praticada pela direcção dos sindicatos. A colaboração foi actualizada com o “compromisso histórico” de 1952, em que a colaboração ficou enquadrada em leis (leis orgânicas da empresa) que regem os *Betriebsräte* (conselhos de empresa), substituindo a independência dos sindicatos pelo papel de “colaboração e confiança” atribuído aos conselhos de empresa sob a forma da *Mitbestimmung* (co-gestão) com os capitalistas. A “colaboração e confiança” a que os conselhos de empresa ficam sujeitos transformam-os, por força da lei, em instrumentos da co-gestão focada na empresa e no grupo económico, fazendo deles, por conseguinte, peças do sistema de concorrência capitalista. Ora, o sindicato tem de ser exactamente o contrário. A sua função, estribada na sua independência, é suprimir a concorrência entre os trabalhadores.

No dia 6 de Fevereiro de 2021, a secção do CORQI na Alemanha irá realizar a sua conferência de fundação. Irá elaborar um texto de discussão com os sindicalistas, que, com mira na intervenção nos sindicatos, fará, de maneira compreensível, o balanço da colaboração de classes há décadas praticada na Alemanha no âmbito da co-gestão (*Mitbestimmung*). Terá de levar em conta que gerações inteiras de quadros sindicais foram educadas neste contexto. Não quer dizer, de modo algum, que se identifique todos os conselhos de empresa com a prática das leis orgânicas da empresa! Nós denunciamos uma lei que atenta

contra a independência dos sindicatos, proibindo, por exemplo, os conselhos de empresa de apelar à greve, bloqueando-os e atando-lhes as mãos para o trabalho sindical. Contestamos bases legais que atentam contra a independência dos sindicatos, no que indiscutivelmente se conta o coarctado direito à greve na Alemanha.

O texto deve fazer o balanço do que queremos dizer quando falamos de integração dos sindicatos, feitos instrumentos da política de decomposição. Na Alemanha, tal vai a par de outra questão prática central: será o trabalho nos órgãos de co-gestão (colaboração de classes) função do sindicato, ou será que o sindicato sofreu já essa degradação a acessório dos órgãos de co-gestão? Temos de integrar esta questão na nossa discussão, relacioná-la com a questão das nossas tarefas nos sindicatos e, portanto, da orientação independente na luta de classes para construir comités de greve, comités de empresa, conselhos, estruturas de delegados sindicais... Na verdade, a função das estruturas de delegados sindicais foi em grande parte afastada pela função dos conselhos de empresa e de pessoal, supostos substituir — e, em parte, de facto, substituindo —, por força de lei, a acção sindical independente por formas legalmente mandatadas de “colaboração e confiança”. Não obstante, a resistência organizativa — aos ombros da juventude.

Para a secção do CORQI na Alemanha, há uma relação entre estas considerações e o que sustenta o autor das “notas preparatórias para o relatório apresentado à reunião do secretariado alargado do CORQI de 24, 25 e 26 de Maio de 2019” (cf. nº 14 d’A Internacional, p. 21 e seg.): “As organizações de classe *hã-de defender-se, porém, por conta da luta independente do proletariado. Sustentando, por conseguinte, a luta de classe, as greves, as manifestações, fazendo de base de sustentação do movimento autónomo da classe trabalhadora, que*

*passa pelo movimento para constituir as suas organizações próprias e específicas: comités de greve, delegados de assembleias gerais, comissões de delegados. É uma e a mesma luta, para ajudar a classe operária a organizar-se no seu terreno classista. Ora, a IVª Internacional e as suas secções só podem travar esse combate se encararem correctamente a questão da construção do partido: o partido da IVª Internacional e as formas transitórias que conduzam a ele.”*

O relator da IIIª Conferência do CORQI reclamou que se esclarecesse se “*concordamos em considerar que não podemos confundir o sindicato com o seu aparelho, nem os diferentes níveis do aparelho*”, indo depois mais a fundo: “*na parte inferior da escala, o delegado que faz o trabalho quotidiano, o delegado a quem os camaradas de oficina, de escritório recorrem para defender as reivindicações, não é, evidentemente, independente da cúpula. Mantém, até certo ponto, a confiança nos dirigentes. Mas o trabalho que faz, fá-lo não à conta da direcção burguesa do sindicato, mas do carácter operário do sindicato.*” (cf. nº 20 d’A Internacional, p. 11).

O esclarecimento desta situação contraditória é indispensável à discussão que temos de fazer com os camaradas que estão em luta. Assim como tem absolutamente de ligar-se ao combate segundo a linha ‘política operária-partido operário-governo operário’.

O desenvolvimento da luta pelo partido da classe operária tem de estar indissociavelmente ligado à luta dos revolucionários nos sindicatos. Não somos apêndices dos sindicatos. De maneira alguma fazemos do sindicato um sucedâneo do partido dos trabalhadores a construir, que hoje reclama o seu lugar na ordem do dia das nossas reuniões, na medida em que a classe trabalhadora — e não só a Alemanha ou da Europa — se dá conta de não ter, enquanto classe, representação política independente. O caso não é uma discussão organizati-

va específica sobre como criar um engenho qualquer, mas uma discussão que parta das reivindicações dos trabalhadores, conforme o formulou a nossa declaração do CORQI de 24 de Março de 2020 (cf. nº 18/19 d’A Internacional), e, para nós, inteiramente se revalidou no Manifesto de Alarme.

São estas reivindicações muito específicas e concretas, não como “programa” acabado, que podem, como base para a acção imediata, juntar à sua volta os activistas e quadros que se propõem lutar pelo partido dos trabalhadores a construir. ●

20 de Janeiro de 2021

(1) Após áspera discussão no Partido Bolchevique, o Tratado de Brest-Litovsk entre os governos dos Impérios Centrais, encabeçados pelo Império Alemão, e a jovem República Russa foi assinado no dia 3 de Março de 1918 na cidade de Brest-Litovsk, pondo termo aos combates na frente leste. (NdT)

(2) Carl Legien era na altura um dos principais dirigentes reformistas da confederação sindical alemã ADGB e do SPD e primeiro secretário da Federação Sindical Internacional desde 1913.

(3) Kautsky, fundador da revista teórica do SPD *Neue Zeit*, fora durante algum tempo secretário de Engels, tendo evoluído para a direita do SPD. Era nesta altura um dos chefes de fila da corrente centrista-opportunista do SPD, que rejeitava a revolução e teorizava o socialismo pela via das reformas. Depois de 1918, combateu activamente a revolução russa (NdT).

(4) Dirigente socialista e sindical americano de origem antilho-neerlandesa. Desempenhou importante papel na fundação do Partido Trabalhista Socialista da América (SLP) e dos *Industrial Workers of the World* (IWW). Autodefinia-se como marxista (NdT).

(5) Stinnes era um dos “barões do aço” alemães e representante do capital alemão. Quanto a Legien, ver nota 2 (NdT).



## Cronologia política da Comuna de Paris (1871)

### APRESENTAÇÃO

Esta cronologia política foi publicada por ocasião do centésimo aniversário da Comuna de Paris em *La Vérité*, na altura órgão do comité central da Organização Comunista Internacionalista pela reconstrução da IV<sup>a</sup> Internacional em França. A *Internacional* volta a publicá-la para os seus leitores por ocasião do centésimo quinquagésimo aniversário. As notas finais são da redacção d'*A Internacional*.

---

1864

---

Data que assinala uma viragem na história do regime bonapartista<sup>1</sup>.

**17 de Fevereiro** Publicação pela *Opinion nationale*<sup>2</sup> do MANIFESTO DOS SESSENTA, no qual, apesar de muitas ilusões, os elementos mais conscientes da

classe se distanciam do partido burguês republicano de oposição ao Império.

**25 de Maio** Os operários conseguem o direito de associação. A jogada de Bonaparte consiste em repetir a operação de 1851: chegado ao poder sem encontrar oposição séria, dado o atentismo da classe operária, pouco interessada em ajudar os democratas burgueses a manterem-se depois de estes a terem primeiro provocado e depois massacrado em Junho de 1848, ele pensa que poderá comprar, se não a sua cumplicidade, pelo menos a sua neutralidade, deixando passar algumas medidas a ela favoráveis. Cálculo vão. A classe operária enfia-se pela brecha assim aberta, rebotam greves (La Ricamarie, Aubin, Paris) e dá-se um desenvolvimento significativo das organizações de classe, partidos e sindicatos.

**28 de Setembro** Funda-se em Londres a Primeira Internacional. Cedo a secção francesa, com sede primeiro na rue des Gravilliers, depois na rue de la Corderie, em Paris, se implanta solidamente. Nesta fase, constituem-lhe a osatura (Tolain, Fribourg, Limousin) militantes de formação proudhoniana<sup>3</sup>.

### OS CONGRESSOS DA INTERNACIONAL:

Setembro de 1866: Genebra  
Setembro de 1867: Lausana  
Setembro de 1868: Bruxelas  
Setembro de 1869: Basileia

Após duras lutas, o colectivismo vence o mutualismo, defendido principalmente pelos fundadores da secção francesa. Estes são metidos na prisão em 1868 (29 de Agosto), à saída de um dos três processos intentados pelo Império à Internacional. Estes dois factos permitem uma aproximação entre blanquistas<sup>4</sup> e internacionais<sup>5</sup>, e militantes como Malon<sup>6</sup> et Varlin<sup>7</sup> assumem então a direcção da secção francesa e, embora pouco dispostos a pôr a classe operária a desempenhar um papel acessório nas combinações dos republicanos burgueses, não deixam de vincar a importância das lutas políticas.

---

1870

---

**12 de Janeiro** Enterro de Victor Noir, jovem jornalista assassinado por Pierre Bonaparte, primo do Imperador. A classe operária parisiense mobiliza-se. 200 mil pessoas assistem às exéquias. O governo tomou todas as precauções: polícia e exército estão prontos a afogar no sangue qualquer intento revolucionário. Evita-

-se o choque, que teria permitido ao regime esmagar por muito tempo toda a oposição, mas Paris toma consciência da sua força.

**20 de Abril** *Senatus-consultum*<sup>9</sup> que instaura um regime parlamentar. O Imperador tenta canalizar a oposição republicana e operária no país, dando-lhe uma tribuna parlamentar.

**8 de Maio** Plebiscito: “*O povo aprova as reformas laborais efectuadas à Constituição pelo Imperador desde 1860*”, aprovado por maioria esmagadora (a população é ainda essencialmente camponesa). Estas operações plebiscitárias, penúltima manobra de um bonapartismo encurralado, não logram desarmar a oposição, ao ponto de o último recurso, a guerra, ter sido considerada e depois aceite, “*de ânimo leve*”, pelo primeiro-ministro, Emile Ollivier.

**18 de Julho** Declaração de guerra à Alemanha.

**2 de Agosto** Primeiros recontros militares, primeiras derrotas francesas.

**7 e 9 de Agosto** Caso la Villette<sup>9</sup>. Os blanquistas, fiéis à sua tática insurreccional, tentam apoderar-se do quartel dos bombeiros de la Villette. O apresamento de armas acaba numa manifestação que não consegue arrastar as massas. Os chefes blanquistas são perseguidos, alguns presos, outros voltam a partir para o exílio.

Este malogro, que desorganiza o partido blanquista na véspera de acontecimentos graves, ilustra igualmente as fraquezas do movimento: um pequeno núcleo de conspiradores, desligados das massas, que desprezam os órgãos elementares de defesa da classe (sindicatos) e, portanto, incapaz de compreender o “momento”. A insurreição é lançada fora do movimento profundo das massas e, como tal, vencida, mas as consequências deste revés, longe de ficarem circunscritas aos blanquistas, pesam sobre toda a classe operária, pois a repressão governa-

mental fica facilitada e atinge todos os militantes.

**4 de Setembro** Às notícias do desastre de Sedan<sup>10</sup>, as massas populares manifestam-se na praça da Concorde e invadem o Palais-Bourbon<sup>11</sup>. Gambetta<sup>12</sup> proclama o fim do Império. A República é depois fundada na Câmara Municipal, e forma-se um governo provisório (GP) sob a direcção de Trochu e Jules Favre.

**5 de Setembro** Primeiras propostas para criar um município parisiense provisório composto por delegados das organizações operárias, sindicatos ou clubes. Aos revolucionários parisienses interessa evitar que o novo regime volte a ser confiscado pelos deputados burgueses, como em 1830 e 1848. Reunião dos militantes da Internacional na rue Aumaire, 2: “*assembleia dos delegados operários*”, que adoptou a seguinte resolução:

“*Organizemos de imediato comités republicanos em cada bairro*<sup>13</sup>. Cada bairro delega quatro dos seus membros para a formação de um Comité Central...”

Não está na ordem do dia, a este ponto, levantar-se contra o governo provisório, mas mobilizar as energias pela defesa da capital. O Comité Central Provisório, composto quase exclusivamente por internacionais, passa a funcionar em permanência no nº 6 da rue de la Corderie. Principia a batalha para conquistar os comités republicanos de freguesia. Neles se realizará a ligação entre as tendências do movimento operário.

**15 de Setembro** Manifesto do Comité Central Republicano (primeiro cartaz vermelho) dirigido à população de Paris, que configura um programa de defesa nacional, mas avançando algumas reivindicações de ordem política:

Liberdade de imprensa, de reunião e de associação,  
Eleição dos chefes da Guarda Nacional;  
envio de delegados para a província, encarregados de mobilizar os republicanos.

**19 de Setembro** Paris totalmente investida.

Entrevista de Ferrières entre Bismarck<sup>14</sup> e Jules Favre.

**25 de Setembro** Decretos do governo provisório a adiar as eleições municipais parisienses e as eleições para a Assembleia Constituinte. Reacção imediata do Comité Central Republicano, que convida a população a proceder ela própria às eleições municipais “*no mais breve espaço de tempo*”. O Comité Central Republicano, que, em paralelo, convida os chefes de batalhões da Guarda Nacional a concertarem-se entre si, abre o combate político contra o governo provisório.

**5 de Outubro** Os batalhões de Belleville<sup>15</sup> marcham sobre a Câmara Municipal, conduzidos por Flourens<sup>16</sup>. Os outros batalhões aderem ao movimento, que fracassa, mas abre-se uma rivalidade entre a Guarda Nacional e o Comité Central Republicano.

**8 de Outubro** Manifestação frente à Câmara Municipal, organizada pelo Comité Central Republicano no intuito de recuperar a iniciativa. Fracasso grave. As massas, ou seja, os batalhões, não vêm.

**31 de Outubro** Fracasso da sortida do Bourget e capitulação de Metz<sup>17</sup>. Os blanquistas acham que chegou o momento de tentar um golpe de mão. Blanqui apodera-se da Câmara Municipal, mas não consegue mantê-la por falta de organização suficiente dos trabalhadores.

**3 de Novembro** O governo provisório faz-se plebiscitar por maioria esmagadora e persegue os blanquistas e os revolucionários, desorganizando, uma vez mais, as suas fileiras.

**5 e 7 de Novembro** Eleições para as câmaras, em que os revolucionários são relativamente bem sucedidos. Malon e Delescluze eleitos

## ● HISTÓRIA

&gt;&gt;&gt;

1871

**Noite de 5 para 6 de Janeiro** O Comité Central Republicano, que passou a ser a DELEGAÇÃO DOS 20 BAIRROS (*arrondissements*), cobre os muros de Paris com um CARTAZ VERMELHO: “*Julgamento da política, da estratégia e da administração de 4 de Setembro, continuação do Império.*”

LUGAR AO POVO!

LUGAR À COMUNA!”

**19 de Janeiro** Última sortida em Buzenval, revés sangrento.

**22 de Janeiro** Mais uma jornada revolucionária, as guardas nacionais entregam os seus prisioneiros desde Outubro, mas não passam na Câmara Municipal, bem defendida por Vinoy e Ferry. Abate-se a repressão sobre os revolucionários (fecho dos clubes, proibição dos jornais, prisões).

**28 de Janeiro** Assinatura do armistício, que prevê eleições e a entrada dos alemães em Paris.

**8 de Fevereiro** Das eleições sai uma assembleia de maioria monarquista. A Delegação Geral e a Internacional fizeram campanha por que houvesse “*trabalhadores entre quem está no poder.*”

**15 de Fevereiro** Reunião de 3.000 guardas nacionais no Vauxhall<sup>18</sup>. Nomeiam uma comissão encarregada de redigir os estatutos de uma FEDERAÇÃO da GUARDA NACIONAL.

**20 e 23 de Fevereiro** Terminadas as eleições, a delegação geral dedica-se à reorganização das forças revolucionárias na forma dos *Comités de Vigilância dos 20 bairros*.

Resoluções:

“*Todos os membros de um comité de vigilância declaram pertencer ao partido socialista revolucionário. Em consequência, procuram conseguir por todos os meios o seu derrube [da burguesia] como*

*casta dirigente... Fim do patronato, fim do proletariado, fim das classes...*”

*Opor-se-á, portanto, pela força se for o caso, à reunião de uma Constituinte ou outra pretensa Assembleia Nacional...*

*Reconhece como único governo do país o governo de liquidação política produzido pela delegação das comunas revolucionárias do país e dos principais centros operários...*”

### 27 de Fevereiro a 2 de Março

Manifestações constantes em Paris, confraternização com os soldados, transporte dos canhões da Guarda Nacional para os bairros operários.

### 10 de Março

Descapitalização<sup>19</sup> de Paris, a Assembleia vota medidas insuportáveis para os parisienses: exigibilidade imediata das letras vencidas de 13 de Agosto a 13 de Novembro de 1870, supressão do soldo quotidiano de 1,50 francos dos guardas nacionais, único meio de subsistência de uma população operária reduzida ao desemprego pela guerra. As provocações atiram para o campo do proletariado a pequena burguesia artesã e comerciante, muito numerosa em Paris.

### 13 de Março

Proclamação do comité central da FEDERAÇÃO DA GUARDA NACIONAL.

Programa:

“*1. A República não pode ficar subordinada ao sufrágio universal, que é obra sua;*

*2. A Guarda Nacional afirma o seu direito absoluto a nomear todos os chefes e a revogá-los sempre que percam a confiança dos seus mandatários;*

*3. Projecto de reorganização completa das forças nacionais.*”

A quase totalidade dos batalhões adere a este programa.

Os blanquistas e os internacionais, muito activos no âmbito da delegação dos 20 bairros, vêem com desconfiança esta nova organização e pouco se batem para terem representação nela. Um erro políti-

co que pesará muito nos acontecimentos seguintes, nunca a direcção política da revolução (a Comuna) conseguindo subordinar a si a direcção militar, que, quando é o caso, tem a sua própria linha política. Ainda assim, nas vésperas da jornada decisiva de 18 de Março, o quadro da insurreição está colocado.

**17 de Março** Prisão de Blanqui, condenado à morte por contumácia por causa do caso de 31 de Outubro de 1870.

**8, 9, 16 e 18 de Março** Tentativas repetidas do governo Thiers de recuperar os canhões da Guarda Nacional. A última, em Montmartre<sup>20</sup>. O que se jogava?

Declaração de Thiers:

“*Os homens de negócios andavam a repetir: nunca podereis fazer operações financeiras se não acabardes com essa canalha, se não lhes tirardes os canhões.*”

Declaração do conde d’Hérison, um conservador :... *Chega-se a duvidar se o Sr. Thiers queria realmente tirar os canhões de Montmartre ou se o que ele queria não era antes obter um movimento popular que lhe permitisse primeiro evacuar Paris para depois a retomar, afogada em sangue.*”

Tais confissões permitem caracterizar plenamente o movimento da comuna, a primeira revolução proletária da história. Não há retratação de historiador “sério” que possa alterá-lo. A reacção popular às empresas de Thiers solda-se pela execução de dois generais: Lecomte e Thomas<sup>21</sup>. O governo tenta mobilizar a Guarda Nacional dos bairros burgueses. Falha outra vez. Vê-se então obrigado a deixar Paris, fugindo precipitadamente. Dá-se ordem a TODOS OS SERVIÇOS, do exército e da administração, para recolherem a Versalhes. Assim, o aparelho de Estado burguês fica completamente destruído em Paris.

Durante o dia, não há nenhuma acção coordenada da parte dos revolucionários; só algumas iniciativas locais respondem à nova situação.

O comité central da Guarda Nacional, enfim reunido na Câmara Municipal, fica, por força das circunstâncias, investido de todo o poder e, apesar de todas as hesitações, assume-o provisoriamente, “*dando tempo para a preparação das eleições municipais.*”

Como alguém vai ter de administrar Paris, o comité central efectua delegações. No essencial, este verdadeiro governo provisório é composto por blanquistas e revolucionários.

**19 de Março** O ministro do interior delega a administração provisória de Paris na assembleia dos presidentes de câmara de bairro.

Estes, na maior parte republicanos burgueses, servem-se disso para se meterem num esforço de conciliação entre Versalhes e Paris. De tais tergiversações, possíveis por causa da atitude irresoluta do comité central, tirará grande partido Thiers<sup>22</sup>.

**21 de Março** Reunião da Delegação dos 20 bairros, que expõe todos os problemas importantes do momento:

Eleições para o município, previstas para 24 de Março (alguns militantes denunciam que só irá prejudicar).

Denuncia-se o atentismo do comité central.

“*Deixaram sair o exército...*

*Não se detiveram os traidores... O Banco de França está à guarda de batalhões reaccionários. Em política, erros são crimes...*” (Chatelain<sup>23</sup>)

Fosse como fosse, a maioria da Delegação, para não dividir os revolucionários, alinha-se pelo comité central.

**21 e 22 de Março** A Guarda Nacional reprime duas manifestações reaccionárias em Paris, mas o comité central deixa que, paralelamente, se desenvolvam as tentativas de mediação dos presidentes de câmara de bairro: Será precisa uma intervenção pública premente do Comité Central Republicano (a Delegação) para, a partir de dia 24, haver um endurecimento de posição

e o comité central anunciar a decisão irrevogável de organizar eleições para 26 de Março.

**25 de Março** Campanha eleitoral, o comité central anuncia a sua retirada (provisória): a Internacional publica um manifesto extremamente moderado (“*a Delegação Municipal [...] deve determinar a aplicação progressiva das reformas sociais*”), de inspiração claramente proudhoniana.

**26 de Março** Dia de eleições (participação elevada).

**27 de Março** Resultados eleitorais, novo manifesto do Comité Central Republicano, que incumbe o novo poder dos seus objectivos. Também ele de inspiração proudhoniana, representa a última manifestação importante desta organização, que se irá diluir rapidamente na Guarda Nacional e no aparelho de Estado.

**28 de Março** Proclamação dos resultados.

90 eleitos, só 13 dos quais provêm do comité central da Guarda Nacional.

Três grupos políticos: os internacionais, os blanquistas e os jacobinos.

Uma quinzena de internacionais, um punhado de blanquistas. A maioria é composta por homens inclassificáveis, “*jacobinos*” que se revêem na tradição de 1793, pequenos burgueses apenas preocupados com uma revolução política, centralizadores, “*românticos*” enfim, velhas barbas republicanas mais interessadas em armar do que em agir. Presos aos seus hábitos, como Félix Pyat, são um fermento de dissolução. Por causa deles, as querelas pessoais envenenam a atmosfera da assembleia municipal.

**29 de Março** A Comuna passa a constituir não uma administração municipal, mas um autêntico governo, ou não fossem as exigências de acção, o conflito com Versalhes, dificilmente coadunáveis com os princípios federalistas afirmados

no programa dos eleitos. Não será, aliás, a última vez que esses princípios virão servir de travão aos esforços dos comunardos. Será, por exemplo, em seu nome que se fará a recusa de armar os habitantes dos municípios que circundam Paris, desejosos de se baterem contra os versalheses.

---

#### ABRIL

---

Durante meses dão-se alguns movimentos de inspiração comunalista, sem grande resultado, numa série de grandes cidades operárias da província, como Lyon, Saint-Étienne, Le Creusot, Marselha, Narbona, Toulouse e Limoges. Pouco inquietam o governo, que dá conta delas em pouco tempo, sem que elas consigam sequer fixar tropas em quantidade apreciável.

Há que considerar a fraqueza intrínseca do movimento revolucionário na província, mas o fracasso ficou igualmente a dever-se ao desleixo dos comunardos, que enviaram representantes para todo o país demasiado tarde e sem lhes dar grandes meios (apenas cem mil francos foram gastos em propaganda externa).

**2 de Abril** Decreto da Comuna sobre os vencimentos dos funcionários, igualando a remuneração dos lugares administrativos ao salário operário (seis mil francos anuais): juntamente com a eleição a todos os níveis por sufrágio universal, foi esse o meio para romper a burocracia imperial e instaurar um governo de classe. Outras medidas no domínio do ensino, impulsionadas por Vaillant, eliminaram o ensino religioso na escola e procuraram reorganizar o ensino primário e o ensino técnico, mas sem resultados concretos, dado o pouco tempo de que os comunardos disporão. O ensino laico, concretizado pela primeira vez, aparece como uma conquista do proletariado, que a burguesia se esforça por destruir sempre que pode.

## ● HISTÓRIA

&gt;&gt;&gt;

**2 de Abril** Primeiro encontro sério entre Paris e Versalhes, um reconhecimento dos federados conduzido por Bergeret em direcção a Courbevoie<sup>24</sup> acaba mal, sendo os presos fuzilados pelas tropas de Thiers. Isso provoca grande comoção em Paris, que se mobiliza espontaneamente.

**3 de Abril** A Comuna cede à pressão popular: decide-se marchar sobre Versalhes. A sortida é rodeada pela maior despreocupação e sem ordem, acabando em desastre. Thiers tivera tempo de reconstituir um exército e de endoctriná-lo. Uma vez mais, os parisienses pagam muito caro as suas ilusões, pensando que o exército não dispararia sobre a Guarda Nacional.

**5 de Abril** Decreto sobre os reféns, devendo a execução de um federado pelos versalheses levar à execução do triplo dos reféns. Este decreto só terá aplicação nos últimos dias da Comuna, enquanto o exército faz fuzilamentos desde o início dos combates.

**5 de Abril** Assembleia da Internacional em Genebra, que declara: “*Na Revolução da Comuna de 18 de Março, saudámos o advento político da classe operária...*”

O carácter internacionalista da Comuna é posto em ainda maior evidência pela participação directa de estrangeiros, o húngaro Leo Frankel<sup>25</sup>, os polacos Dombrowski e Wroblewski<sup>26</sup>...

**16 de Abril** Decreto que incide na exploração das oficinas abandonadas pelos seus donos. Prevê-se entregá-las aos operários, que não-de constituir sociedades cooperativas. Estas federar-se-ão, nisto se entrevendo uma reorganização da produção numa base totalmente estranha ao capitalismo: apropriação colectiva e embrião de planeamento. Eleições complementares para a assembleia comunal. A validação dos eleitos, alguns dos quais obtiveram menos de um oitavo dos sufrágios, dá azo a discussões bizantinas, que assinalam



os limites do movimento comunalista, pelo menos ao nível da assembleia, presa ao parlamentarismo burguês pela origem social da maioria dos seus membros.

**17 de Abril** Decreto sobre os prazos de vencimento. A lei votada pela Assembleia Nacional em 10 de Março teria provocado 300.000 falências em Paris. Estava em causa tanto proteger os pequenos comerciantes, como evitar que a situação económica se degradasse um pouco mais na capital. Os reembolsos só se fariam, portanto, a partir de 15 de Julho de 1871; esta medida, pela sua equidade, reforça a coesão entre as classes.

**20 de Abril** Decreto que suprime o trabalho nocturno nas padarias. Esta medida, como todas as de carácter social, é tomada por iniciativa de membros da Internacional. Saídos, na sua maioria, da classe operária, sabem quais são as suas necessidades.

**27 de Abril** Ainda para proteger o salário dos operários, a Comuna procede a uma revisão dos contratos do Estado com particulares; a percentagem afecta aos salários passa a ficar inscrita no caderno de encargos.

Por fim, suprimem-se os ofícios de colocação, que são empresas privadas. Estas instituições do regime burguês entregavam-se a um autêntico tráfico de mão-de-obra, do mesmo género do que hoje

fazem os mediadores de trabalhadores estrangeiros.

**28 de Abril** Criação de um “COMITÉ DE SALVAÇÃO PÚBLICA”. Os internacionais opõem-se vigorosamente ao ressurgimento destes velhos mitos<sup>27</sup>, que investem uma realidade anárquica de uma fraseologia pomposa. A assembleia divide-se irremediavelmente entre “*maioria*” e “*minoría*”. A posição dos minoritários é incontestavelmente correcta e realista nesta etapa, mas fica consideravelmente enfraquecida quando, no dia 15 de Maio, eles anunciam que se separam da Comuna, retirando-se para os seus bairros; é brincar com os imperativos da guerra civil, que não toleram a abstenção.

**7 de Maio** Decreto sobre o Montepio<sup>28</sup>. De 12 a 25 de Maio, resgatam-se objectos pelo valor de 323.407 francos, um pequeno montante que ilustra a que ponto a Comuna foi também uma insurreiçã da miséria. Criação de uma Federação dos Clubes Populares, que prossegue a acção dos comités de vigilância republicanos do período anterior e presta ajuda efectiva. É a vontade política da classe operária que se manifesta. A União das Mulheres, fundada por Elizabeth Dmitrieff e Nathalie Le Mel<sup>29</sup>, muito ligada à Internacional, desempenha papel análogo.

Não se pode menosprezar o poderio desta corrente popular se se



quiser compreender o que a Comuna foi; as suas exigências ideológicas, a sua vontade de satisfazer as necessidades materiais das massas vão no sentido de uma ditadura do proletariado.

**8 de Maio** Os versalheses tomam o forte de Issy<sup>30</sup>. Começa o bombardeamento directo do recinto. O agravamento da situação militar relança o conflito de poder entre o comité central da Guarda Nacional e a Comuna (o delegado para a guerra), de que o comité central sai com vantagem. Doravante deixa de haver, tanto no plano militar como no político, direcção, se não centralizada, que nunca houve, pelo menos coordenada.

**9 de Maio** Por ocasião da renovação dos membros do Comité de Salvação Pública, novo choque entre maioritários e minoritários. Os últimos são despejados dos serviços. Vallès<sup>31</sup>, da intendência, Vermorel<sup>32</sup>, da segurança, Longuet<sup>33</sup>, de *L'Officiel*.

A minoria compreendia, “*com dez excepções, os mais inteligentes, os mais esclarecidos da Comuna*” (Lissagaray<sup>34</sup>).

**16 de Maio** Protot, o delegado para a justiça, publica um decreto que estipula que os actos administrativos serão prestados gratuitamente, medida discreta que vai, ainda, no sentido de uma governação barata.

**20 de Maio** Ratificação do tratado de paz em Franqueforte. Bismarck compraz-se em fornecer novas tropas a Thiers.

“*Que, depois da mais terrível guerra dos tempos modernos, vencido e vencedor confraternizem para massacrar conjuntamente o proletariado, tal inaudito acontecimento é prova, não (...) do esmagamento de uma nova sociedade que desponta, mas da desagregação completa da velha sociedade burguesa (...). A dominação de classe já não se pode esconder debaixo de um uniforme nacional, os governos nacionais*

*estão unidos contra o proletariado.*” (Marx)

Os federados têm que recolher à primeira linha de defesa, para dentro da cintura.

À tarde, os versalheses entram em Paris: uma poterna é-lhes entregue à traição. No mesmo dia, o delegado para as finanças, Jourde, envia um ofício ao sub-governador do Banco de França a pedir verbas que ele devia ter confiscado, sabendo que, durante todo o período da guerra civil, Thiers irá levantar a descoberto 257 milhões de francos do Banco de França, enquanto a Comuna receberá apenas 16 milhões. Havia 357.000 pessoas a manter em Paris, sem contar os serviços. A “*honestidade*” de Jourde foi muito admirada, sobretudo pelos burgueses cientes de que, se os comunardos tivessem confiscado os valores detidos pelo Banco, Thiers teria tido muita dificuldade em financiar a contra-revolução.

#### Noite de 21 para 22 de Maio

Alguns homens recompõem-se e tentam organizar a resistência em Paris, mas as infiltrações versalhesas são já gravíssimas. Deste momento em diante deixa de haver plano de conjunto, os centros de resistência criam-se um pouco ao calhas e descara-se a defesa de pontos estratégicos importantes, como Montmartre.

**23 de Maio** Rigault e Ferré mandam executar reféns, medidas tardias que aparecem, assim, mais como vingança ou acto de desespero do que como acto de legítima defesa face aos versalheses, que, pelo seu lado, praticam fuzilamentos em massa há mais de um mês.

Deflagram muitos incêndios pela cidade:

“*Enquanto despedaçam o corpo vivo do proletariado, os seus donos já não podem contar que regressarão triunfalmente à arquitectura intacta dos seus domicílios (...). A burguesia do mundo inteiro, que contempla complacente o massacre em massa DEPOIS da batalha, tem convulsões de horror*

*ante a profanação do tijolo e do cimento!...*” (Marx)

#### 24 de Maio:

Evacuação da Câmara Municipal, que é incendiada.

Retirada da Comuna para a presidência de câmara do XIX<sup>o</sup> bairro.

Panteão tomado pelo exército.

#### 25 de Maio:

Delescluze morto numa barricada de Château d'Eau.

Margem esquerda evacuada.

#### 26 de Maio:

A luta continua, os comunardos já só detêm o arredor de Saint-Antoine e cercanias. Execução de uma cinquentena de reféns na rue Haxo.

#### 27 de Maio:

Perda do cemitério Père-Lachaise.

#### 28 de Maio:

Cai a última barricada, às 13 horas, na rue Oberkampf.

“O ruído do combate apaga-se, mas ouve-se Paris noutra fuzilaria: a dos pelotões de execução, que já leva mais de uma semana.” (Thalès)

“Quando o proletariado ameaça os seus privilégios, a ferocidade da burguesia deixa de conhecer limites: de 4.000 comunardos mortos durante a batalha, pelos menos 30.000 foram fuzilados, mais os condenados ao exílio na Nova Caledónia e na ilha Nou.

(1) O regime do Segundo Império de Louis-Napoléon Bonaparte, dito Napoleão III (de 1851 a 1870).

(2) Jornal republicano.

(3) Partidários de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865).

(4) Partidários de Auguste Blanqui (1805-1881), velho militante revolucionário que foi mantido prisioneiro na província durante todo o período da Comuna.

## ● HISTÓRIA

- >>> (5) Os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional).
- (6) Benoît Malon (1841-1893), operário tintureiro, membro da Internacional e eleito da Comuna.
- (7) Eugène Varlin (1839-1871), operário encadernador, membro da Internacional, eleito da Comuna.
- (8) Espécie de decreto emanado do Senado, cujo nome é inspirado na Antiguidade Romana.
- (9) Bairro do Nordeste de Paris.
- (10) O exército francês foi batido pelo exército prussiano na batalha de Sedan.
- (11) Sede do corpo legislativo.
- (12) Léon Gambetta, tal como o general Trochu e o advogado Jules Favre, eram republicanos burgueses.
- (13) A cidade de Paris está dividida em vinte bairros administrativos.
- (14) Otto von Bismarck (1815-1898), primeiro, estadista do reino da Prússia, depois, primeiro chanceler do Império Alemão proclamado em Janeiro de 1871, após a derrota de Napoleão III.
- (15) Bairro operário do Leste de Paris.
- (16) Gustave Flourens (1838-1871), eleito e general da Comuna.
- (17) Cidade da Lorena, no Leste de França.
- (18) Sala de espectáculos em Paris.
- (19) A nova capital é Versalhes, antiga cidade dos reis de França.
- (20) Bairro operário do Norte de Paris.
- (21) Encarregados por Thiers de recuperar os canhões da Guarda Nacional, no dia 18 de Março em Montmartre, os generais Lecomte e Thomas são cercados pelos trabalhadores do bairro, onde as mulheres irão desempenhar um papel determinante. Os dois generais ordenam aos seus soldados que disparem sobre a multidão, os soldados recusam-se, viram a coronha para cima e fuzilam os "seus próprios generais".
- (22) Adolphe Thiers (1797-1877), político burguês, chefe do governo de Versalhes e principal organizador do esmagamento da Comuna.
- (23) Eugène Chatelain (1829-1902), operário e poeta, combatente da Comuna.
- (24) Arredor de Paris, a Noroeste.
- (25) Leo Frankel (1844-1896), húngaro, operário joalheiro membro da Internacional, será delegado para o trabalho e a indústria da Comuna. Escapando à repressão, contribuirá para fundar o Partido Operário na Hungria (1880), militando depois na Internacional Operária (IIª Internacional).
- (26) Jaroslaw Dombrowski (1836-1871), nascido na Polónia sob o domínio do Império russo, oficial, participa na insurreição polaca de 1863 contra o czarismo, vindo depois a ser general da Comuna, aderindo à Internacional no exílio em Londres.
- (27) Ao evocar o Comité de Salvação Pública de Abril de 1793, durante a revolução burguesa em França.
- (28) Organismo de empréstimos sobre penhores.
- (29) Elizabeth Dmitrieff (1851-1910), emigrante russa, membro da Internacional e próxima de Marx.
- Nathalie Lemel (1826-1921), operária encadernadora, delegada sindical e membro da Internacional, fundadora, em Abril de 1871, com Dmitrieff, da União das Mulheres pela defesa de Paris e pelos cuidados aos feridos.
- (30) Arredor de Paris, a Sudoeste, na estrada para Versalhes.
- (31) Jules Vallès (1832-1885), jornalista, escritor, eleito da Comuna.
- (32) Auguste Vermorel (1841-1871), jornalista, eleito da Comuna.
- (33) Charles Longuet (1839-1903), membro da Internacional, eleito da Comuna, genro de Marx. Foi redactor do Jornal Oficial da Comuna de Paris.
- (34) Prosper-Olivier Lissagaray (1838-1901), jornalista, autor de *L'Histoire de la Commune de 1871*.

## A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assina!

Assino *A Internacional* - 6 números: 24 euros

Apelido, nome: .....

Endereço: .....

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

## *A Internacional*

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa



